



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Natália da Silva Barcelos

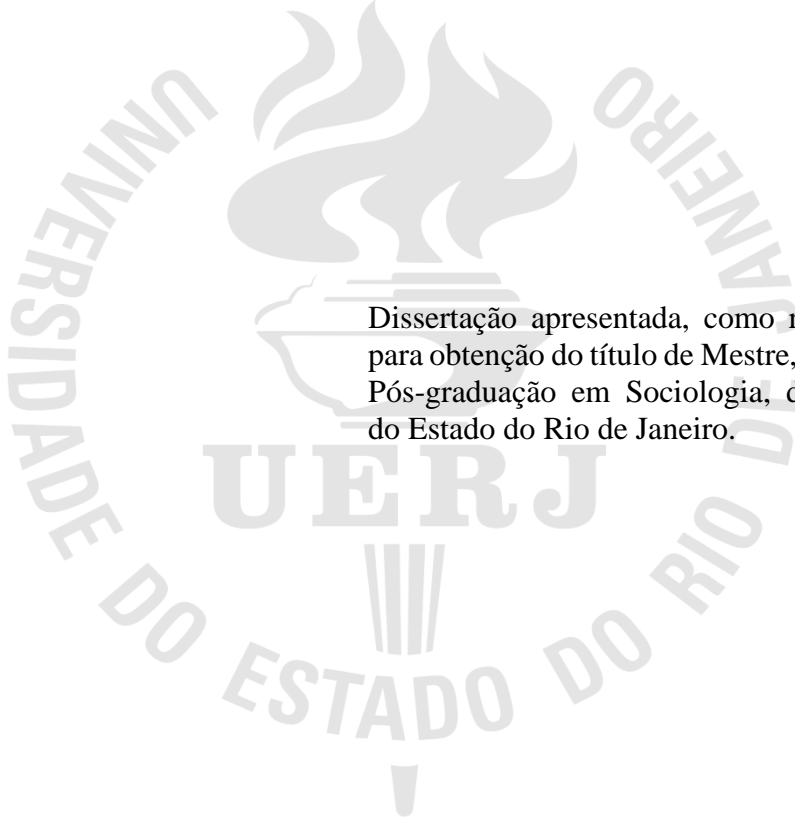
**Mobilidade intergeracional considerando a estrutura familiar:  
como o status social da mãe modera o efeito da ausência paterna**

Rio de Janeiro

2022

Natália da Silva Barcelos

**Mobilidade intergeracional considerando a estrutura familiar:  
como o status social da mãe modera o efeito da ausência paterna**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Antonio Costa Ribeiro

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

B242 Barcelos, Natália da Silva.  
Mobilidade intergeracional considerando a estrutura familiar: como o status social da mãe modera o efeito da ausência paterna / Natália da Silva Barcelos. – 2022.  
71 f. : il.

Orientador: Carlos Antonio Costa Ribeiro.  
Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Mobilidade social – Teses. 2. Igualdade social – Teses. 3. Família- Teses. 4. Divórcio – Teses. 5. Mulheres chefes de família – Teses. I. Ribeiro, Carlos Antonio Costa. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 304(81)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Natália da Silva Barcelos

**Mobilidade intergeracional considerando a estrutura familiar:  
como o status social da mãe modera o efeito da ausência paterna**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 16 de maio de 2022.

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Carlos Antonio Costa Ribeiro (Orientador)  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos- UERJ



Prof. Dr. Rogério Jerônimo Barbosa  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos- UERJ



Prof. Dr. Weverthon Barbosa Machado  
Utrecht University

Rio de Janeiro

2022

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço à minha família, em especial a minha mãe Conceição, que me forneceu as condições necessárias para me dedicar a esse trabalho. A minha avó Alcinéa pelo acolhimento emocional, sendo a minha maior inspiração de vida. Também agradeço ao Alexandre, que me acompanhou durante todo o mestrado, me escutando e incentivando a continuar.

Agradeço ao meu orientador Carlos Antonio Costa Ribeiro pelo suporte durante o processo de desenvolvimento e escrita. Ao meu colega de turma Rômulo Predes, por ter dividido comigo as alegrias e frustrações vividas nesses dois anos de curso. A todos os membros do CERES-IESP pelos encontros virtuais, que minimizaram a solidão do mestrado pandêmico. Também gostaria de agradecer ao professor Rogério Barbosa por todo auxílio ao meu trabalho, além do trabalho desenvolvido na ODES-CERES.

Agradeço à CAPES pelo apoio financeiro para a elaboração desta pesquisa.

## RESUMO

BARCELOS, Natália da Silva. *Mobilidade social considerando a estrutura familiar: como o status social da mãe modera o efeito da ausência paterna*. 2022. 71f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Os estudos de mobilidade social intergeracional se baseiam na família para determinar a associação entre origem e destino. Contudo, a análise das informações das mulheres é algo recente, bem como considerar outros tipos de formações e membros da família. Utilizando uma base de dados a nível nacional, este trabalho busca analisar como o *status* da mãe modera o efeito da ausência do pai dentro do domicílio no *status* ocupacional dos filhos na vida adulta no Brasil. A ideia é analisar se o nível socioeconômico da mãe protege da penalidade de não ter o pai morando na mesma residência. O primeiro resultado mostra que quanto maior o *Isei* da mãe, maior será a associação com *Isei* de destino, contudo, não há diferenças entre homens e mulheres em relação a associação com o *status* da mãe. Porém, ao considerar a ausência do pai no domicílio, a associação entre mãe e filho não sofre grandes alterações dado o tipo da família. O efeito da presença do pai e o *Isei* da mãe combinados é positivo, logo, também cresce a associação origem e destino com aumento do *Isei* da mãe. Sendo assim, aqueles com origem no *Isei* mais altos são mais penalizados com a monoparentalidade feminina. Considerando o ano de nascimento, tanto para homens quanto para mulheres, ao observar os indivíduos mais jovens, a estrutura familiar pode estar perdendo efeito na associação com o *status* da mãe. Isso tende a indicar que as gerações que conviveram com a mãe trabalhando fora de casa conseguem ter desempenhos parecidos, independente de qual tipo de família cresceram.

Palavras-chave: Mobilidade social intergeracional. Família monoparental. Ausência paterna.

Destinos divergentes. Divórcio como equalizador.

## ABSTRACT

BARCELOS, Natália da Silva. *Social mobility considering family structure: how the mother's social status moderates the effect of father absence*. 2022. 71f. Dissertação (Mestrado em Sociologia – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022).

Intergenerational social mobility studies are based on the family to determine the association between origin and destination. However, the analysis of women's information is recent, as well as considering other types of backgrounds and family members. Using a national database, this paper seeks to analyze the mother's status moderated the effect of the father's absence from home on the occupational status of children in adult life in Brazil. The idea is to analyze whether the socioeconomic level of the mother is protected from the debts of not having the father living in the same house. The first result shows that the higher the mother's Isei, the greater the association with the destination's Isei, however, there are no differences between men and women in relation to the association with the mother's status. However, when considering the absence of the father at home, the association between mother and child does not undergo major changes given the type of family. The effect of the presence of the father and the mother's Isei combined is positive, therefore, the association of origin and destination with an increase in the mother's Isei also grows. Therefore, those with higher Isei origins are more penalized with female single parenthood. Considering the year of birth, for both men and women, when looking at younger individuals, a family structure may be losing its effect in association with the mother's status. This tends to indicate that the generations that lived with the mother working outside the home managed to have similar performances, regardless of what type of family they grew up in.

Keywords: Intergenerational social mobility. Single parent family. Father absence. Divergent destinies. Divorce as equalizer.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Associação entre origem e destino para filhos e filhas, 2014.....	54
Figura 2 – Tipos de família por coorte de idade, 2014 .....	56
Figura 3 – Modelo 2: Valores preditos considerando grupos de idade, 2014.....	58
Figura 4 – Associação entre origem e destino considerando grupos de idade, 2014....	60



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição da amostra por sexo entre 25 e 65 anos, em 2014.....	46
Tabela 2 – Posição de ocupação da mãe quando os filhos tinham 15 anos.....	47
Tabela 3 – Variável escolaridade da mãe.....	48
Tabela 4 – Modelos 1 e 2: Efeito do Isei materno no Isei de destino.....	52
Tabela 5 – Simulação do Isei de destino.....	53
Tabela 6 – Média e Mediana do Isei da mãe solo por coorte de idade, 2014.....	57

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CASMIN	Comparative Analysis of Social Mobility in Industrial Nations
FMF	Família Monoparental Feminina
GSS	General Social Survey
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISEI	International Socio-Economic Index
ISCO-88	International Standard Classification of Occupations
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SEI	Socioeconomic Index
SIOPS	Standard International Occupational Prestige Scale

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	11
1	<b>CONCEITOS DE ESTRATIFICAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL.....</b>	14
1.1	<b>Debate clássico.....</b>	14
1.2	<b>Quem influencia e quem é influenciado: diferenças nas transmissões entre os gêneros.....</b>	20
2	<b>RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E NÍVEL SOCIOECONÔMICO.....</b>	27
2.1	<b>Família contemporâneas e suas vivências: tamanho, padrões de consumo e nível socioeconômico.....</b>	27
2.1.1	<u>Desigualdade de gênero percebida na transmissão de recursos entre mãe e filho(a)s: o caso de lares monoparentais femininos.....</u>	32
2.2	<b>A conformação acadêmica do campo da Sociologia dos Movimentos Sociais.....</b>	37
2.2.1	<u>Penalidade da ruptura da estrutura familiar no processo de transmissão intergeracional.....</u>	41
3	<b>PESQUISA EMPÍRICA.....</b>	44
3.1	<b>Dados e métodos.....</b>	44
3.2	<b>O efeito do status da mãe na penalidade do lar monoparental feminino...</b>	48
3.2.1	<u>Considerando as coortes temporais.....</u>	56
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	61
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	64

## INTRODUÇÃO

Quando se trata de mobilidade social, é de interesse saber sobre o processo de distribuição das oportunidades de acesso aos recursos como educação, renda e ocupações (SILVA, 1999). Mas para entender essa distribuição, é necessária uma unidade de análise. Com isso, as famílias são usadas quando o interesse é entender a associação entre origem e destino, usando os recursos dos pais para mensurar o que determina os resultados alcançados pelos filhos. Embora seja consenso a importância do panorama familiar, ainda é novidade incluir as mulheres em estudos sobre mobilidade social.

Sendo assim, apesar dos avanços em termos metodológicos, a exploração do *background* materno é algo recente. As justificativas mais comuns para somente analisar dados sobre a ocupação do pai são a maior participação e continuidade dos homens no mercado de trabalho, a ausência de dados sobre as mulheres (mães) nas pesquisas e o pressuposto de que os homens estariam em cargos mais altos e possuem nível educacional mais elevado do que as mulheres. Contudo, todas essas justificativas foram refutadas por pesquisadores e pesquisadoras da área, alegando que a inclusão da mãe traz mais robustez na análise entre origem e destino.

A partir da inclusão das mulheres, foi preciso entender quais seriam as diferenças de gênero dentro da transmissão de recursos. Teorias como aspiração e “*sex-role*” dialogam com a ideia de que homens se inspiram em outros homens, enquanto as mulheres se inspiram em outras mulheres. Contudo, é preciso ter cuidado ao incorporar fielmente os pressupostos dessas teorias porque, ao tratar de ocupações, pode haver segregação ocupacional, o que afeta as escolhas profissionais, induzindo a crer maior associação entre filho e pai e filha e mãe.

Além disso, essa área peca ao não levar em conta sobre as mudanças nas famílias, se mantendo baseada no modelo antiquado de família: pai, mãe e filhos. Fatores como inserção da mulher no mercado de trabalho, queda da taxa de fecundidade e aumento da expectativa de vida contribuíram para alterações substanciais nas famílias. A Lei do Divórcio e a maior autonomia das mulheres, trazem mais tipos de família como as monoparentais, unipessoais e alargadas. Com isso, a complexidade familiar dá mais camadas aos estudos de mobilidade social. Teorias da socialização, destinos divergentes e divórcio como equalizador já esboçam as alterações na relação origem e destino a partir dos vínculos familiares, seja rompimentos ou novas formações.

A teoria da socialização pressupõe que a persistência intergeracional, seja de renda ou *status*, aumenta com o tempo de convivência dos filhos com ambos os pais. O maior tempo que

os pais casados gastariam criando os filhos, faz com que a criança tenha mais oportunidades de aprender os valores e os comportamentos dos pais, os padrões de vida adquiridos com essa convivência tendem a serem buscados pelos filhos em futuros relacionamentos, empregos e outras relações (BLOOME, 2017).

As teorias de destinos divergentes e divórcio como equalizador tratam dos efeitos de uma mudança na estrutura da família, que seria o divórcio, na vida dos filhos. A questão central das duas é entender qual nível socioeconômico é mais penalizado com o divórcio. A teoria de destinos divergentes parte da ideia de que o divórcio aumenta a desigualdade social nas famílias com pais com menos recursos e, por sua vez, penaliza mais os resultados dessas crianças (COLEMAN, 1988; GRÄTZ, 2015). Já a teoria do divórcio como equalizador defende que crianças que os pais possuem status socioeconômico maior, são mais penalizadas em caso de divórcio (LEOPOLD e LEOPOLD, 2016).

Essas teorias convergem ao investigar os impactos das características das famílias de origem no bem-estar e desempenho socioeconômico futuro, com isso, esta pesquisa tem como objetivo entender se *status* da mãe modera os efeitos da ausência paterna dentro do domicílio no *status* ocupacional dos filhos e filhas. Para isso, é preciso uma base de dados que ofereça tanto as informações da mãe quanto as informações sobre o tipo de família de origem. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2014 supre essa necessidade, sendo a base de dados escolhida para esta pesquisa. Sendo o pai ausente do domicílio, o termo de lar monoparental pode ser usado para encaixar os indivíduos analisados num tipo de família.

A família monoparental feminina é definida como aquela em que a mulher vive com o(s) filho(s), sendo ela mãe solo, viúva, divorciada ou separada (COSTA E MARRA, 2013). As mães solo correspondiam a quase 11 milhões de mulheres em 2018 no Brasil (IBGE, 2018). Dessas mulheres, 61% das mães solo com filhos de até 14 anos são negras e 63% dessas mães estão abaixo da linha da pobreza<sup>1</sup> (GENÊRO E NÚMERO, 2020). A partir da comparação entre a pobreza dos lares, a teoria da feminização da pobreza relaciona crescer em família com mãe solo com maiores chances de pobreza. Segundo essa teoria, as mulheres sofrem desvantagens no mercado de trabalho, traduzidas em menores níveis salariais e, quando são responsáveis por sustentar o lar sozinhas, aumentam as chances de vulnerabilidade social.

Para investigar estas questões, esta dissertação está dividida em quatro partes além desta introdução. A primeira seção inicia com os conceitos de mobilidade social, trazendo as abordagens metodológicas mais utilizadas. Depois, são apresentados os argumentos para a

---

<sup>1</sup> Considerou a renda abaixo de US\$5,50 por dia como linha da pobreza.

inclusão das mulheres e do *background* da mãe, bem como as diferenças entre a transmissão intergeracional entre mãe e filha, pai e filho, e de outros tipos de família nos estudos de mobilidade e estratificação social.

A segunda seção aborda as diversidades da família, discutindo sobre tamanho, nível de renda e consumo. Por serem objeto de análise, são discutidas também as vulnerabilidades vivenciadas pelos lares monoparentais femininos, trazendo elementos da teoria da feminização da pobreza e desigualdade salarial. A terceira seção explica a metodologia escolhida, bem como a descrição dos dados e os resultados estimados em termos gerais e por ano de nascimento. Por fim, as considerações finais são apresentadas, retornando os pontos principais discutidos e abrindo caminho para novos estudos dentro dessa temática.

## 1 CONCEITOS DE ESTRATIFICAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL

### 1.1 Debate clássico

Recursos como capital econômico, capital cultural e classes de uma família influenciam nas chances de vida de seus membros. Dessa forma, nascer em família com mais riqueza, renda e maiores posições ocupacionais eleva o privilégio de seus filhos, traduzido em melhores oportunidades, acesso a bens e comportamentos considerados sofisticados, mais conhecimento cultural. Porém, a posse desses capitais não é igual entre as famílias, fazendo com que as condições iniciais entre as pessoas sejam diferentes, expondo a chances e oportunidades desiguais (RIBEIRO, 2019).

A percepção de que há uma desigualdade ao acesso de condições básicas para a sobrevivência, como a saúde e educação, traz questionamentos sobre os impactos dessa distribuição desigual e a forma com que afeta cada grupo socialmente. Quando formuladas questões sobre as chances de acesso ao ensino superior ou alcançar determinadas ocupações, o estudo das desigualdades de oportunidade ajuda a encontrar respostas diferentes (RIBEIRO, 2019).

Usando a família como exemplo, Ribeiro (2019) esclarece que as condições desiguais dos pais influenciam na desigualdade de oportunidades de seus filhos, causando a desigualdade de condições entre os filhos. Segundo o autor, a análise da desigualdade de oportunidades é feita num determinado momento da vida de um indivíduo ou de sua família, sendo esse o resultado de uma vida marcada pelo processo de estratificação.

A desigualdade de oportunidade pode ser conceituada pela associação da educação ou das condições socioeconômica alcançadas com a educação ou características socioeconômicas de origem. Quando analisada pela associação estatísticas entre as características de origem, dadas pelas famílias dos indivíduos, e as condições socioeconômicas alcançadas ao longo da vida, é chamada de desigualdade de oportunidade de mobilidade social (RIBEIRO, 2017).

O termo “mobilidade social” traz o foco em entender esse processo de distribuição das oportunidades (SILVA, 1999), tendo como referência os percentuais totais de mobilidade social calculados pelo movimento entre as classes de origem, dada pela classe dos pais, e classe de destino, correspondente a posição do filho(a), que são calculados por meio de tabelas ou matrizes cruzadas das classes de origem e destino (RIBERIO, 2019).

Por permitir uma análise durante os ciclos de vida, os padrões da mobilidade social se tornam um indicador de desigualdade temporal (HOUT, 1983) e um indicador das características estruturais da sociedade por mostrar como as oportunidades estão distribuídas, como se diferenciam as classes sociais e os contornos da estrutura social (SCALON, 1999).

Em resumo, desigualdade de oportunidades de mobilidade social mostra o quanto as condições socioeconômicas de origem afetam as chances de ascensão social, permitindo entender a fluidez social de uma sociedade. Sendo assim, quanto mais associadas forem as condições de origem com as de destino, menor é a fluidez social (RIBEIRO, 2020). Quando tratada de forma intergeracional, tendo as famílias como unidade de análise, é possível medir a forma com que os pais transmitem a classe social e os bens culturais e financeiros. Isso ajuda a determinar em qual grau é a associação entre as classes de origem (pais) e a classe de destino (filhos) (RIBEIRO, 2014).

O grau da associação determina se há persistência intergeracional ou não. Se essa associação for muito alta, quer dizer que as condições dos pais tendem a ser reproduzidas pelos filhos, ou seja, se os pais são ricos, os filhos tendem a permanecerem ricos. Caso a associação não exista, não há persistência intergeracional, logo, as condições alcançadas na vida adulta não dependem, estatisticamente, das condições atribuídas pelas famílias (RIBEIRO, 2020).

Como as condições socioeconômicas são o ponto de comparação, é preciso ter uma boa medida dessas condições para os pais e filhos (RIBEIRO, 2020). É comum tratar a mobilidade social como mobilidade ocupacional, mensurando as ocupações de forma ordinal de acordo com um critério social (SILVA, 1999). Na sociologia, duas abordagens são tradicionalmente usadas: a de análise de classes, que mensura as categorias ocupacionais, e a de *status* econômicos, que mensura a hierarquização das ocupações por meio de índices baseados no prestígio social ou nos níveis de renda e de educação de cada ocupação (RIBEIRO e CARVALHAES, 2010).

Começando pela análise por classes sociais, o esquema formulado por Goldthorpe se tornou popular para os estudos de mobilidade social. Considerado neoweberiano, esse esquema identifica as posições dentro do mercado de trabalho, diferenciando os vínculos empregatícios como empregado, empregadores e autônomos (MACHADO, 2015). Primeiramente chamado de EGP, recebendo novo nome de *Comparative Analysis of Social Mobility in Industrial Nations* (CASMIN), comparava a mobilidade social nos países industrializados e socialistas (SCALON, 1999). Esse esquema faz distinção entre os proprietários e empregados, dividindo também entre o trabalho não manual urbano, manual urbano e rural. No Brasil, esse esquema



foi amplamente usado (RIBEIRO e SCALON, 2001; PERO, 2008; RIBEIRO, 2006, 2012, 2014).

As ocupações eram divididas nas seguintes classes: profissionais e administradores (I+II), trabalhadores não-manuais de rotina (III), pequenos proprietários (IVab), técnicos, supervisores e trabalhadores manuais qualificados (V+VI), os pequenos produtores rurais (IVc), trabalhadores manuais não-qualificados (VIIa) e de trabalhadores rurais (VIIb) (RIBEIRO, 2007). A classe de profissionais e administradores (I+II) é composta por trabalhadores de alto nível de capital humano e que possuem liberdade ao executar o trabalho. O oposto as classes de trabalhadores rurais (IVc+VIIb), trabalhadores manuais não qualificados urbanos (VIIa) e trabalhadores qualificados (V+VI), que correspondem a trabalhadores de pouco capital humano e necessitam de monitoramento durante o trabalho. Trabalhadores não manuais (IIIab) também é composta por trabalhadores de baixo capital humano, mas o trabalho exercido carece de algum monitoramento. Como a classe de pequenos proprietários (IVab) é formada por aqueles que trabalham por conta própria, a situação de emprego é bem heterogênea, sendo diferente dos outros empregados (RIBEIRO, 2012).

No Brasil, Scalon (1999) desenvolve um esquema similar, com base na análise das classes. Com isso, a autora mapeia nove classes sociais, com posições distintas dentro da estrutura de classe, que por sua vez, é definida pelas diferentes condições do mercado e trabalho, concebidas respeitando as diferenças entre níveis de renda e educação. Scalon (1999) entende que as classes fazem parte de um espaço relacional, sendo a estrutura social definida por classes opostas do que por uma hierarquia de *status*. Assim, chega-se as seguintes classes: I- Profissionais; II- Administradores e gerentes; III- Proprietários empregadores (urbanos); IV- Não-manual de rotina (em geral pessoal de escritório, vendas e comércio); V- Proprietários por conta própria (pequenos proprietários sem empregados); VI- Manual qualificado; VII- Manual não-qualificado; VIII- Empregadores rurais; IX- Empregados (trabalhadores) rurais.

Mesmo com diferenças metodológicas, as análises via agrupamento das classes ocupacionais são utilizadas para mensurar as taxas de mobilidade social e a persistência intergeracionais. Podem ser calculadas as taxas absolutas de mobilidade social a partir dos percentuais simples usando a tabela de mobilidade, que cruzam a ocupação de origem e destino. Já as taxas relativas de mobilidade social são calculadas aplicando modelos log-lineares nas tabelas de mobilidade. Quando há diferenças nas taxas absolutas de mobilidade social, quer dizer que existem desigualdades de posições, enquanto as taxas relativas mostram o nível de desigualdade de acesso às posições sociais (RIBEIRO, 2000).

Ao calcular as taxas absolutas e taxas relativas, na verdade, está calculando a mobilidade social e a desigualdade de oportunidades de mobilidade social, respectivamente. Ao longo da literatura sobre mobilidade e estratificação social estes conceitos foram denominados de formas diferentes, com isso, os percentuais calculados pelas tabelas tratam da mobilidade social, que também pode ser chamada de taxas absolutas. E a associação estatística entre classes de origem e de destino é desigualdade de oportunidades (de mobilidade social), que por sua vez já foi denominado como taxas relativas de mobilidade social (RIBEIRO, 2012).

A associação estatística entre origem e destino pode ser calculada tanto pela análise de classes, a partir de modelos log-lineares aplicados nas tabelas de mobilidade, quanto pelo *status*. Para a abordagem via *status*, existem três caminhos para a operacionalização: prestígio, *status* socioeconômico e escalas de interação social. As escalas de prestígio adotam as opiniões coletadas em entrevistas com a população ou com especialistas sobre hierarquização das ocupações, variando de acordo com o que foi perguntado e as formas de classificação (MACHADO, 2015). Era defendido que cada ocupação teria prestígio social diferente, o que permite construir uma escala de prestígios capaz de hierarquizar as ocupações (RIBEIRO, 2020).

O National Opinion Research Center (NORC) lidera o primeiro grande *survey* de prestígio ocupacional em 1947. Nesse *survey*, determinadas ocupações eram classificadas dentro de uma escala com cinco categorias entre “ruim” e “excelente”. As escalas de prestígio não sofrem tantas variações entre os grupos, países e, até mesmo, temporal. Quando são observados os prestígios atribuídos as ocupações por sexo e idade, por exemplo, a hierarquização é bastante similar, principalmente em países industrializados (MACHADO, 2015).

A *Standard International Occupational Prestige Scale* (SIOPS) foi desenvolvida por Treiman (1977) a partir dos dados de 85 escalas de prestígio ocupacional. Treiman (1977) analisou essas escalas e encontrou uma correlação média entre os pares de escalas correspondente a 0,81. Essa correlação seria resultado de características comuns presentes em todas as sociedades baseadas na divisão do trabalho e valores culturais ligados às sociedades industriais. Com isso, as ocupações apresentam uma uniformidade em todos os lugares, o que permitia que os títulos ocupacionais fossem homogêneos dentro das escalas de prestígio (TREIMAN, 1977).

Duncan (1961) elabora o *Socioeconomic Index* (SEI) a partir da escala de prestígio NORC, atribuindo *scores* a ocupações que estavam ausentes na NORC, com isso, as informações de prestígio são substituídas pelas informações de renda e escolaridade, com os

coeficientes gerados por meio de regressões lineares. A construção do SEI permite que essa escala seja vista tanto com scores de prestígio tanto como indicador de *status* socioeconômico.

Ribeiro (2020) ressalta que a mudança para as escalas de *status* socioeconômico passa a acontecer quando Duncan (1961) interpreta as escalas de prestígio como *status* socioeconômico das ocupações, argumentando que a escolaridade determina a entrada em determinados postos de trabalho, o que também está relacionado com a renda da ocupação. Com isso, as combinações entre renda e escolaridade marcam a construção dos índices de *status* socioeconômico. Para Silva (1999), esse modelo iniciado por Duncan (1961) trouxe para o campo sociológico a análise de trajetórias (*path analysis*), lançando novas técnicas para a análise de dados com o uso da estimação de regressão linear como método estatístico para mensurar a desigualdade. A base da ideia para esse tipo de método passa pelo pensamento de que as características que foram adquiridas ao longo dos anos deveriam pesar mais do que as características atribuídas, que seria a origem social, a etnia, a região de nascimento e a família (SCALON, 1999).

Contudo, isso não isenta críticas as escalas de prestígio em termos de validade de comparações. Isso acontece porque as escalas de prestígio são suscetíveis a percepção dos entrevistados sobre quais ocupações apresentam maiores vantagens salariais e simbólicas, trazendo uma noção complexa de desejo para as ocupações, que pode variar de acordo com a região da pesquisa. Com isso, as escalas de prestígio são estimativas que não captam perfeitamente os atributos socioeconômicos das ocupações.

Blau e Duncan (1967) dão início ao modelo de realização socioeconômica. A partir dos dados coletados no “*Current Population Survey*” dos Estados Unidos, os autores defenderam a ideia de analisar a mobilidade a partir de um conjunto de variáveis como *status* educacional e ocupacional do pai, primeiro e atual emprego do filho, *status* educacional do filho. Assim, quanto maior a associação estatística entre as variáveis dos filhos com as dos pais, maior a persistência social. O modelo proposto por Blau e Duncan (1967) buscava entender quais fatores, dentro da trajetória de um indivíduo, explicavam o nível socioeconômico alcançado. Eram modelos individualistas-voluntaristas, que tinham como objetivo descrever as carreiras pessoais, e se tornaram populares dentro dos estudos de mobilidade social, sendo replicados por anos (PASTORE e SILVA, 2000).

Pastore e Silva (2000), ao comparar a mobilidade social no Brasil em 1973 e 1996, construíram uma escala de *status* socioeconômico. Para isso, foram combinadas a elaboração de escalas para medir as posições educacionais e econômicas de cada indivíduo, que geraram um *status* individual, que ao serem combinados com cada ocupação, resultou no *status*

ocupacional pretendido. Um ponto importante é que antes de chegar ao *status* individual, os autores conseguiram mensurar o *status* educacional por meio do valor médio que o mercado pagava ao seu nível educacional, trazendo o rendimento esperado para cada nível. Contudo, ao também fazer a combinação com a ocupação, a escala não pode ser resumida como uma escala de rendimentos e, sim, como de posição econômica, justamente por ser baseada na educação e na renda de cada indivíduo dentro de cada ocupação.

Os autores destacam a mudança de abordagem metodológica para os estudos de mobilidade social com a introdução de modelos de análises de dados qualitativos. Os modelos de realização socioeconômica se preocupavam em responder quais seriam os fatores dentro da trajetória individual que explicam o nível de realização atual. Com a mudança de abordagem, as preocupações se voltam para determinar o nível de fluidez social da sociedade, com foco não somente na trajetória dos indivíduos, mas, também, na relação que existe entre os estratos sociais (PASTORE e SILVA, 2000).

Ganzeboom, De Graaf e Treiman (1992) argumentam que as estruturas ocupacionais são complexas, não sendo tão simples construir uma escala de prestígio equivalente para todos os países. A partir desse argumento, os autores construíram o *International Socio-Economic Index (Isei)*, que relacionava a renda e escolaridade das ocupações. Uma premissa dos autores é que as ocupações são capazes de converter a educação adquirida em renda. Por isso, os autores utilizam a combinação da educação e a renda para construir a escala. Usando as ocupações presentes no *International Standard Classification of Occupations (ISCO-88)*, 271 ocupações são hierarquizadas a partir de *scores* calculados por coeficientes que minimizam o efeito direto da educação na renda e maximizam o efeito indireto. O resultado é uma escala de 16 a 90, com o menor *score* correspondendo às ocupações manuais e o maior à ocupação de juiz.

Dessa maneira, o *Isei* é uma escala formada pelas características socioeconômicas das pessoas de cada ocupação e pode ser visto como uma *proxy* para a renda permanente, porque a renda não seria influenciada pelas flutuações de curto prazo. A utilidade de usar essa escala é que as informações ocupacionais dos pais dos respondentes oferecem mais controle das condições socioeconômicas vivenciadas pelos indivíduos durante suas trajetórias. Com isso, quando os efeitos das variáveis são positivos, indica que existem desigualdades socioeconômicas nas chances de sucesso durante as transições escolares, por exemplo (RIBEIRO, 2011).

Em resumo, a desigualdade de oportunidade de mobilidade social envolve a classe de origem e a classe de destinos, que podem ser mensuradas utilizando como métrica os agrupamentos de classe, as escalas de prestígio e as escalas de status, cada um estruturada de

acordo com o que se entendia ser o mais adequado para definir as classes sociais. Quando são empregadas em classes ou agrupamentos sociais, fazendo a análise pelo cruzamento desses grupos ocupacionais. A análise de classe permite o cálculo da mobilidade social, via percentuais das tabelas, e do grau da persistência intergeracional, mensurado pelos modelos log-lineares. Já a análise via *status* também permite calcular o grau de persistência intergeracional, por meio da associação estatística entre origem e destino (RIBEIRO, 2020).

Adicionando também a educação alcançada, quatro decomposições desses mecanismos podem ser realizadas, auxiliando a entender a mobilidade social, pois permite verificar qual mecanismo é mais relevante, ou seja, qual contribui mais para diminuir as tendências de desigualdade de oportunidades (RIBEIRO, 2012).

Ribeiro (2012) explica que é possível fazer as associações entre a classe de origem (O) e a educação alcançada pelos filhos (E), que seria a desigualdade de oportunidades educacionais; educação (E) e classe de destino (D); origem e destino das classes para cada nível educacional; e a associação direta entre classe de origem (O) e de destino (D) usando a educação como (E) como variável de controle. Cada um desses mecanismos explora diferentes cenários de transmissão de recursos. Além disso, é possível também fazer a associação entre educação de origem e educação de destino, com os anos de estudos ou a escolaridade (ensino fundamental, médio, superior, por exemplo) alcançada sendo usados como parâmetro para calcular essa associação.

Até aqui, foram explorados os conceitos que fazem parte do estudo de mobilidade social. Com o avanço das metodologias e as alterações no mercado de trabalho, questões sobre gênero e ocupações passaram a contribuir também para enriquecer esse campo de estudo. Dessa maneira, as próximas seções ampliam o debate para as diferenças entre a transmissão entre pai e mãe e filha e filho.

## **1.2 Quem influencia e quem é influenciado: diferenças nas transmissões entre os gêneros**

A inserção feminina no mercado de trabalho se intensifica na década de 1970, com a expansão da economia, urbanização e a industrialização se mantendo em ritmo acelerado (RIBEIRO e DE JESUS, 2018). Pensando na família, as mães passaram a ganhar recursos financeiros, também ganharam espaço dentro dos assuntos do lar, tirando a ideia do pai somente como a figura de autoridade (KORUPP, GANZEBOOM e VAN DER LIPPE, 2002). Para os autores, as mães começaram a exercer influência em assuntos tidos como cruciais para a criação

dos filhos, como a escolha da escola e tempo de estudo. Por isso, começa a ser questionado se seus atributos não deveriam ser considerados na relação - origem e destinos.

Apesar dessa área de estudos ofertar muitos trabalhos ao longo dos anos, grande parte deles se concentra apenas na análise pai e filho (LEONE, 2021; RIBEIRO, 2020; LUKE, 2019). Atualmente, as comparações entre pai e filha também entraram em foco, mas ainda são poucas as análises que investigam as diferenças entre a mobilidade de filhas e de filhos e que contaram com as informações da mãe (LEONE, 2021).

Blau e Duncan (1967) desbravam o campo da mobilidade social trazendo a comparação do *status* ocupacional entre duas gerações: pai e filho. Mas o livro condiz com a realidade da época que foi escrito, marcada pelo crescimento da participação do homem no mercado de trabalho, enquanto as mulheres permaneciam em casa responsáveis pela manutenção do lar (KONG; MAAS; VAN LEEUWEN, 2020). A baixa participação da força de trabalho feminina restringiu as análises aos homens adultos, fazendo com que a família fosse determinada pela situação do marido/pai e a posição feminina se mantendo subordinada a ele (SILVA, 1999).

Como poucas mulheres tinham emprego fora de suas casas, pouco importava incluir suas informações ocupacionais nas pesquisas, o que é refletido na ausência das mulheres no modelo de *status* utilizado por Blau e Duncan (KONG; MAAS; VAN LEEUWEN, 2020). A relevância do livro de Blau e Duncan deve ser reconhecida, sendo fundamental para uma nova geração de estudos sobre mobilidade social a partir dos *status*, mas a omissão ou sub-representação da categoria “mãe” e “filha” não foi interrompida pelos autores que replicaram a metodologia (KORUPP, 2000).

Torche (2015) sinaliza uma limitação para as análises de mobilidade social vinculada à exclusão das mulheres, que se traduz num vácuo na literatura, porque as mulheres representam cerca de metade da população mundial. Então, quando não são utilizadas para compreender as relações de transmissão intergeracional nas famílias, pode causar a omissão de muitos dados (TORCHE, 2015). A autora especula que as mulheres são excluídas tanto por fatores relacionados ao mercado de trabalho, quanto por opção dos pesquisadores de analisar somente os homens, preocupados com os números de casos da amostra.

A caminhada para inclusão das mulheres na mobilidade intergeracional começou pela categoria de “filhas”, em que os estudos analisaram a relação entre pai e filhas. No Brasil, Pastore (1981) compara as diferenças sociais entre a mobilidade social de homens chefes de família e mulheres chefes de família. Aqui merece destaque o uso do termo chefe de família. Na PNAD 1973, este termo é conceituado como "um indivíduo que vive com pelo menos um

dependente, com o qual se relaciona por casamento ou por consanguinidade". Isso significa que quando as perguntas ocupacionais são direcionadas a somente chefes de família, o papel social imposto à mulher faz com que ela seja reconhecida como chefe em situações de ausência do homem ou incapacidade deste de ser provedor de renda. Como consequência, o número de mulheres chefes de família é bem menor em comparação aos homens.

Porém, essa limitação não descarta a relevância do estudo de Pastore ao trazer as mulheres chefes. Ainda mais que seus resultados mostraram que os homens chefes de família ocupavam os melhores empregos, fazendo com que as mulheres e os jovens estivessem alocados nas ocupações do estrato inferior da sociedade brasileira. O impacto dessa condição em termos de mobilidade é que o grupo que veio de um lar com a chefia masculina experimentou mobilidade ascendente, conseguindo cargos mais altos, mantendo o predomínio de chefes de família homens. Por consequência, as vagas que ficam para trás da estrutura social acabam sendo ocupadas, primeiramente, pelas mulheres chefes de família (PASTORE, 1981).

Andrade (1997) inicia a investigação nesse modelo, analisando também a mobilidade intrageracional das mulheres. Scalon (1999) segue o mesmo caminho, tendo como objetivo avaliar se a estrutura social brasileira é diferente para homens e mulheres. Essas duas pesquisas chegaram num resultado similar: as filhas estavam em desvantagens.

Alguns pesquisadores optaram por não fazer análises comparativas entre gênero, se concentrando em estimar separadamente a mobilidade social para homens e mulheres, é o caso do trabalho de Ribeiro (2012). Neste artigo, o autor avalia a fluidez social de homens e mulheres a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 1973, 1988, 1996 e da PDSO de 2008. Contudo, há uma ressalva que deve ser feita, homens e mulheres não devem ter seus percentuais de mobilidade total diretamente comparados pelo fato que, no caso das mulheres, apenas aquelas que estão inseridas no mercado de trabalho foram medidas.

Essa questão está relacionada com a expansão feminina no mercado de trabalho durante o período analisado pelo autor. Ribeiro (2012) também pontua que as pesquisas apenas forneceram a ocupação do pai dos entrevistados, por isso, a diferença estrutural da ocupação do pai e da filha pode resultar num aumento artificial na mobilidade total das mulheres, já que são comparadas ocupações tidas como femininas com ocupações tidas como masculinas.

A inserção da mãe como background esbarra na escassez de base de dados com informações sobre gênero, especialmente nos países em desenvolvimento (LUKE, 2019). No Brasil, por exemplo, a primeira PNAD com suplemento de mobilidade sócio-ocupacional foi realizada em 1973, mas demorou quase 40 anos para que as informações sobre a ocupação da mãe fossem incluídas (PRATES e LIMA, 2019).

Além disso, há argumentos marcados pelo sexismo da divisão dos papéis sociais das mulheres. Korupp (2000) destaca que a idealização de que as mulheres estariam mais suscetíveis a sair do emprego ao se casarem e/ou terem filhos foi utilizada para não as incluir nos estudos de mobilidade social, fazendo com que muitos pesquisadores alegassem dificuldades em incluir o *status* da mãe por conta da oscilação na participação no mercado de trabalho. Também era suposto que o nível educacional e o *status* ocupacional dos homens são maiores do que das mulheres, o que diminuiria a influência socioeconômica da mãe.

Contudo, utilizando os dados do *International Stratification and Mobility File* (Ganzeboom e Treiman, 1999), Korupp (2000) mostra que esses argumentos não são mais válidos, afirmando que:

“A) As mães terão em média quase o mesmo nível educacional e ocupacional dos pais, nos últimos tempos cada vez mais. (B) Em algum momento de suas vidas quase todas as mães terão tido um título ocupacional próprio, de modo que, mesmo que estejam atualmente fora do mercado de trabalho, seja possível recuperar título ocupacional a partir do momento em que tinham um emprego remunerado. (C) Podemos supor que os cônjuges têm *status* iguais em pelo menos metade de todos os casos.” (KORUPP, 2000)

Mas o debate não se restringe em argumentos a favor da inclusão da mãe, é também considerado a melhor maneira de mensurá-la como *background*. Primeiro, o modelo individual segue a linha de que os atributos do pai e da mãe devem ser considerados individualmente, com as análises sendo feitas separadas. Já o Modelo de Dominância supõe que o membro da família com o *status* socioeconômico mais alto, que determina qual será a posição de status de toda a família. Contudo, a base da sua construção insinua que o pai que possui o *status* mais alto, mesmo que permita que a mãe seja o ponto de análise quando têm a ocupação mais alta (ERIKSON, 1984).

Com isso, a hipótese do Modelo de Dominância tem como ideia de que o *status* mais alto supre a necessidade de analisar outro *status* socioeconômico, sendo apenas um genitor é suficiente para cobrir o *status* socioeconômico de origem dos filhos (KORUPP, GANZEBOOM e VAN DER LIPPE, 2002). Os autores concluem que neste modelo, o *status* educacional e ocupacional de um pai se traduz em uma posição de poder dentro da família, fazendo com que as crianças sejam orientadas a seguir esse pai mais poderoso.

Um dos problemas deste modelo é que quando o status de dominância pertence às classes não qualificadas ou manual, os recursos do outro provedor são vitais para essa família. Com isso, a exclusão do não dominante pode não captar todas as informações que ajudam a



entender a transferência de recursos dos pais (KORUPP, GANZEBOOM e VAN DER LIPPE, 2002).

O modelo de classificação combinada, parte do pressuposto que quando as posições de status dos pais são diferentes, as crianças tendem a estarem numa posição intermediária ao status da mãe e do pai (KORUPP, GANZEBOOM e VAN DER LIPPE, 2002). Para os autores, o modelo de classificação combinada consegue captar essas diferenças ao construir um *status* médio de pais e mães. Essa diferenciação entre os *status* pode indicar que as crianças não seguem o *status* mais elevado da família e, sim, estão em alguma posição intermediária, variando entre os pais.

É este o modelo usado por Hout (2018). O autor combinou o *status* ocupacional do pai e da mãe, adicionado peso de 0,6 para a ocupação do pai e 0,4 para mãe. Seus resultados mostram que cada aumento de um ponto no *status* dos pais, está associado a um aumento de 0,58 pontos, em relação à mediana, no *status* dos homens e aumento de 0,53 pontos, em relação à mediana, no *status* das mulheres, considerando que cresceram em famílias com dois assalariados. Para o caso de somente a mãe ter ocupação, em média, aumenta 0,26 e 0,37 pontos para homens e mulheres, respectivamente. Em conclusão, o *status* do pai e da mãe foram fatores significativos para o sucesso ocupacional das pessoas de 1994 a 2016, mas o pai tinha mais influência no *status* do filho quando somente o pai trabalhava (HOUT, 2018).

Ribeiro (2020) também faz uso ao modelo de classificação combinada. Usando dados da PNAD e da Pesquisa Padrões de Vida (PPV), Ribeiro (2020) analisa “à persistência intergeracional em termos do *status* ocupacional de pais, mães, filhos e filhas” (RIBEIRO, 2020). Seguindo a linha explorada por Hout (2018), Ribeiro (2020) atribui os mesmos pesos nos *status* ocupacionais do pai e da mãe e analisa quando somente o pai estava no mercado de trabalho e quando somente a mãe estava no mercado de trabalho.

Ribeiro (2020) conclui que a persistência intergeracional foi mais forte para famílias de origem que pai e mãe têm ocupação enquanto os filhos estão crescendo. A combinação da ocupação mãe com a do pai, apresentou forte efeito na transmissão intergeracional, sendo fundamental incluir o *status* ocupacional da mãe para entender com mais clareza os padrões de persistência intergeracional (RIBEIRO, 2020).

Beller (2009) estrutura também fazendo uso das combinações entre os *status* ocupacionais, analisando tanto os *status* de pai e mãe individualmente quanto em combinações. Para a autora, quando é feita a associação entre pai e filho, os efeitos do status da mãe não é captado durante o processo. Como a correlação entre a classe individual da mãe e do pai não é perfeita, há uma subestimação da associação total entre origem e destino (BELLER, 2009).

Outro ponto abordado é a inclusão das mães donas de casa. Segundo Beller (2009), como o pai tende a trabalhar em tempo integral, a contribuição paterna corresponde às realizações materiais dos(as) filhos(as), a mãe acabaria contribuindo com atributos relacionados à educação, representando o capital humano nas análises (BELLER, 2009).

Ao fazer isso, Beller (2009) dialoga com as diferenças entre as transmissões de acordo com o sexo. Primeiro, Bourdieu (1987) já aponta que o papel social das mulheres faz com que elas reservem o tempo livre para cuidados com o lar e os filhos e para transmissão do capital cultural. Se levarmos em conta a manutenção desse papel até hoje, a maior dedicação materna com a transmissão de capital cultural pode ter mais efeitos em termos educacionais.

A divisão sexual do trabalho estabeleceu que as mulheres eram responsáveis pelos afazeres domésticos, enquanto os homens deveriam garantir o sustento financeiro do lar. Sendo assim, os pais preparavam os seus filhos homens para o mercado de trabalho, já as filhas eram direcionadas às tarefas domésticas (SALES, 2014). Para a autora, a estrutura social patriarcal monta a família a partir do *status* do homem, que se reproduz entre os homens da família. O filho herdava o *status* socioeconômico da família e o *status* socioeconômico da filha seria adquirido no casamento, sendo o correspondente ao do seu futuro marido (SALES, 2014).

Outra questão também é o modelo de inspiração. Em termos ocupacionais, os homens teriam mais chances de ter como inspiração outros profissionais homens do que mulheres (BIBLARZ, RAFTERY, BUCUR, 1997). Dentro da família, o modelo chamado de sex-role segue linha similar, pressupondo que as filhas são orientadas a seguir a influência socioeconômica das mães, enquanto os filhos seguem a influência dos pais (KORUPP, GANZEBOOM e VAN DER LIPPE, 2002).

Com base na hipótese de que, em comparação com a do pai, a escolaridade da mãe é importante somente para os ganhos educacionais da filha e a escolaridade do pai é somente importante para o filho, Korupp, Ganzeboom e Van Der Lippe (2002) testam o modelo Sex-Role e seus resultados apontam que os coeficientes que estimaram a influência do genitor do mesmo sexo não sugerem que o principal padrão de transferência entre os *status* parental para a educação dos filhos seja resultado da imitação de papéis sexuais.

Para Van Der Vleuten et al. (2018), quando se trata de ocupações, é preciso considerar a segregação ocupacional. Supondo que a mãe esteja num campo ocupacional estereotipado como feminino, sua filha é influenciada a seguir nesse mesmo campo (VLEUTEN ET AL., 2018). England (2010) segue o argumento parecido, dizendo que um *status* mais elevado seria importante para as meninas em termos de comparação, ou seja, ao se comparar com suas mães e desejarem alcançar um nível mais alto. Contudo, a escolha de ocupações que são consideradas

atípicas em relação ao gênero só ocorreria quando existisse esse desejo de mobilidade social ascendente, justamente porque, no passado, as ocupações de alto *status* eram dominadas por homens, então, o esforço para ter ascensão social estaria mais relacionado ao esforço de ocupar uma posição atípica do gênero para as meninas (ENGLAND, 2010).

Korupp, Ganzeboom e Van Der Lippe (2002), a partir de dados sobre a Holanda, usaram um modelo de equação estrutural para determinar a composição da primeira ocupação de homens e mulheres nascidos entre 1927 e 1975. Seus resultados indicam que a probabilidade de um filho escolher a ocupação dominada por homem, era maior caso o seu pai estivesse numa ocupação com a mesma característica. A mesma lógica seguiria para as mulheres, as filhas tenderiam a escolher ocupações dominadas por mulheres, caso a mãe também estivesse numa ocupação com essa característica. Contudo, os resultados não mostraram que existia uma associação significativa entre a composição - ocupação do pai e da filha ou entre a ocupação da mãe e do filho (KORUPP, GANZEBOOM e VAN DER LIPPE, 2002).

Aguiar, Fernandes e Neves (2007) analisam o efeito do *status* ocupacional dos pais no *status* ocupacional dos filhos. Segundo os autores, a educação tem efeito maior no *status* socioeconômico das mulheres, contudo, elas dependeriam menos do *status* ocupacional de origem para alcançar o seu *status* ocupacional do que os homens. Provavelmente, os pais buscaram assegurar mais a condição ocupacional do filho, fazendo com que a filha dependesse mais no investimento delas mesmas na sua educação, porém, essa educação só seria garantida pelo nível educacional e *status* ocupacional dos pais (AGUIAR, FERNANDES e NEVES, 2007). Quando observada a influência da educação, os resultados indicam que a educação da mãe é um pouco mais forte para a determinação do nível educacional do filho do que da filha, já a educação do pai tem efeito no nível educacional da filha.

A família é o ponto de análise dentro dos estudos de mobilidade social, sendo assim, as diferenças na forma de criação dos filhos podem afetar seus resultados socioeconômicos. Porém, além das divergências internas, as famílias também são afetadas por fatores externos, possibilitando comparações sobre seu tamanho, nível de renda, educação, lugar de moradia. Pensando nisso, a próxima parte deste trabalho liga as mudanças nas famílias e as variações na associação origem e destino.

## 2 RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E NÍVEL SOCIOECONÔMICO

### 2.1 Famílias contemporâneas e suas vivências: tamanho, padrões de consumo e nível socioeconômico

A família é a instância que carrega a responsabilidade de proporcionar aos seus membros uma rede de cuidados, proteção e seguridade material. É a esfera em que são tomadas decisões que dizem respeito a assuntos como moradia, tratamentos de saúde, educação, alimentação e em relação à participação dos seus membros na atividade econômica, definindo a principal fonte de renda da maioria das famílias (LEONE, 2010). Os vínculos formados a partir das relações de afeto que independem da qualidade e dos efeitos que causam nos outros indivíduos (OLIVEIRA, 2017). Assim, cada família apresenta configurações singulares que podem ser influenciadas pelo contexto social, tempo e cultura.

O arranjo - pai, mãe e filhos, por muito tempo foi tratado como o único modelo de família. No entanto, os arranjos familiares estão se transformando, sendo complexo classificar o que é ou não uma família a partir de um único arranjo. Com isso, Sarti (2008) acredita que a família pode ser vista como um grupo de pessoas que trocam e compartilham afetos, conflitos e experiências culturais. Itaboraí (2015) atribui o processo de diversificação familiar como consequência das trajetórias individuais diversificadas daqueles que compõem a família. Por isso, hoje são consideradas várias configurações familiares, como as famílias nucleares (casal com filhos), monoparentais, unipessoais, reconstituídas (padrastos, madrastas, enteados) e as famílias alargadas (ALMEIDA, 2014).

As famílias compostas por casais sem filhos, mães com filhos e unipessoais, apresentaram crescimento nos últimos anos, sendo uma diversificação comum em vários países por conta do aumento da expectativa de vida e maior liberdade social de escolha em assuntos como divórcios, não ter filhos (ITABORAÍ, 2015). Essas separações, novas uniões, trazem mais personagens para a convivência familiar como os padrastos, madrastas, meio-irmão (LEONE, MAIA, BALTAR, 2010). Esse cenário mostra que as diferenças nas estruturas familiares dependem de como seus membros se relacionam ao contexto externo à família, como reagem e lidam com as situações cotidianas (SAKAMOTO, MAIA, GORI, 2016). Para as autoras, observar os fatores exógenos que impactam as condições socioeconômicas da família é um processo importante para o entendimento das diferentes configurações.

Já a família alargada se torna frequente por conta da coabitação de membros de várias gerações da família no lar, tendo sua existência relacionada a necessidade particular de cada

família, trazendo dinâmicas próprias de funcionamento (ALMEIDA, 2014). Segundo a autora, esse tipo de família requer uma hierarquia bem definida, em que a delimitação dos papéis, funções e tarefas seja clara entre os familiares. Caso isso não aconteça, a família fica sujeita a vulnerabilidade por conta da disfuncionalidade do seu funcionamento numa estrutura amaranhada.

As famílias unipessoais assumem características distintas para homens e mulheres. É uma estrutura de família mais comum para mulheres mais velhas, separadas ou viúvas e para homens solteiros mais jovens (GOLDANI, 1994). Para o autor, isso indica que o aumento da expectativa de vida das mulheres pode contribuir para a diversificação dos arranjos familiares e do crescimento das famílias com chefia feminina. Outro fator destacado é que o uso do tempo das mulheres mudou. Agora, elas vivem mais e têm menos filhos, especialmente as mulheres mais jovens, que preferem gastar menos tempo da vida adulta sendo esposas ou mães, dedicando mais tempo a outras idealizações.

A escolha do parceiro também contribui para a diversificação da família. Por exemplo, homens de baixa escolaridade apresentam mais dificuldades dentro do mercado de trabalho, o que faz com que eles sejam parceiros menos desejados pelas mulheres que, por sua vez, optam por serem mães mesmo que não estejam em uma união, deixando de lado a busca por um cônjuge ideal (ITABORAÍ, 2015). A fecundidade é outro fator que contribui para a diversificação familiar. Ao mesmo tempo que as mulheres decidem ter filhos sem estarem num relacionamento, elas também retardam o nascimento do primeiro filho e aumentam a diferença de idade entre as crianças (LEONE, MAIA, BALTAR, 2010).

Além de adiar o nascimento do primeiro filho, o número de filhos por mulher reduziu, passando de, em média, 6,28 filhos por mulher entre 1940 e 1960, para 1,90 filhos em 2010 (MESQUITA, 2012). Sendo assim, foi observada uma queda da fecundidade no país, fazendo com que o número de casal sem filhos e de famílias monoparentais aumentasse, juntamente com a redução do número de famílias compostas por casais com filhos (LEONE, MAIA, BALTAR, 2010). Contudo, a taxa de fecundidade não é a mesma para todos os estratos de renda. De maneira geral no Brasil, a fecundidade passou de 2,35 para 1,83 filhos por mulher entre 2001 e 2015, mas ao segmentar pelos anos de estudos, rendimento médio, cor/raça ou local de moradia, são observadas diferenças no padrão reprodutivo (CAVENAGHI e ALVES, 2019).

Por exemplo, considerando as mulheres em 20% dos domicílios com menores rendimentos, a taxa de fecundidade em 2015 era de 2,9. Mas, para as mulheres residentes em 20% dos domicílios com os maiores rendimentos, essa taxa cai para 0,77 filho por mulher

(CAVENAGHI e ALVES, 2019). Mesmo com o declínio da fecundidade em famílias pobres e não pobres, ainda há diferenças no tamanho médio familiar, visto que em famílias do estrato mais pobres tinha uma pessoa a mais, em média, em 2006 (LEONE, MAIA E BALTAR, 2010). Além do tamanho, as famílias que pertencem ao estrato dos 10% mais ricos, estão, conseqüentemente, entre os indivíduos mais ocupados e remunerados, diferentemente dos mais pobres, que apresentam baixíssima participação entre os trabalhadores remunerados (SAKAMOTO, MAIA, GORI, 2016). Mesmo com a queda da fecundidade entre as mulheres pobres, essa diferença entre os estratos sociais ainda influenciam o tamanho das famílias (LEONE, MAIA, BALTAR, 2007).

Quando é feito o recorte pela educação, os resultados mostram que a fecundidade declina à medida em que as mulheres são mais escolarizadas. Com isso, mulheres entre 0-7 anos de estudos e mulheres com 12 anos de estudos estavam em situações opostas em relação a fecundidade, em que as mais escolarizadas indicavam maiores tendências de adiar a maternidade. Dessa maneira, o comportamento reprodutivo da mulher mudaria com os ganhos de escolaridade, fazendo com que a fecundidade esteja atrelada a trajetória educacional de cada mulher (MIRANDA-RIBEIRO, GARCIA e FARIA, 2019).

Para Cavenaghi e Alves (2019), essas diferenças entre os grupos de padrões socioeconômicos podem ser potencializadas por duas razões. Primeiro, as mulheres com menor nível de escolaridade não possuem seus direitos reprodutivos bem atendidos, tendo mais filhos do que realmente deseja. Em contrapartida, as mulheres com mais escolaridade podem estar tendo menos filhos por conta da dificuldade em conciliar a rotina de trabalho e da família (CAVENAGHI E ALVES, 2019).

Itaboraí (2015) acredita que esse descompasso da taxa de fecundidade entre os grupos faz com que a estrutura social necessite de um intenso fluxo de mobilidade social ascendente, visto que os estratos mais altos não conseguirão reproduzir sua herança social por apresentarem menor taxa de fecundidade. Os mais ricos direcionam seus investimentos aos seus poucos filhos, causando uma maximização das chances de ascensão ou manutenção da posição social de origem, enquanto os estratos mais baixos não conseguem garantir a distribuição de investimentos entre seus filhos.

O resultado dessa dinâmica é uma elite com poderio financeiro suficiente para garantir a continuidade de sua posição social, mas com menos herdeiros para continuar a reprodução, sendo necessário que haja ascensão das classes mais baixas para ocupar os estratos mais ricos (ITABORAÍ, 2015). A autora também destaca que o planejamento familiar também contribuiu para que mais investimentos sejam realizados nos filhos. Com isso, além das questões de

afetividade, os pais buscam mais motivos para ter filhos e montam projetos familiares intergeracionais.

Além da fecundidade, a redução no tamanho das famílias também está relacionada com o envelhecimento da população, que contribuiu para alterar as etapas do ciclo de vida familiar do nascimento até a saída do lar, alterando também a composição da família por conta da subdivisão das configurações familiares anteriores (LEONE, MAIA e BALTAR, 2010). Para os autores, essa seria a realidade das famílias compostas por adultos mais velhos, que os filhos formaram novas famílias, criando um núcleo familiar, aumentando o tamanho inicial da família. Sem contar com os casamentos e separações, que trazem mais mudanças na composição familiar.

Com isso, as alterações nos arranjos familiares caminham com a condição de pobreza da família. Por exemplo, as famílias de casal sem filhos e unipessoais são as que possuem maior presença entre as famílias não pobres, já em 2006. Enquanto casais com filhos e mães solo com filhos eram a mais frequente entre as famílias pobres (LEONE, MAIA e BALTAR, 2010). Importante considerar que os diferentes arranjos implicam diferentes condições de pobreza porque os bens, dinheiro e outros serviços circulam dentro do domicílio e do núcleo familiar sendo parte de uma herança, que num universo de desigualdade social, se traduz em concentração de riqueza (ITABORAÍ, 2015).

Mas, engana-se quem acredita que as heranças das famílias são representações de benefícios. Itaboraí (2015) discorre que as famílias transmitem também características negativas entre as gerações, como privações e comportamentos nocivos. Por exemplo, em termos afetivos e sociais, a multiplicidade das famílias, bem como as alterações causadas por rompimentos ou novas criações de vínculos, afetam a estabilidade familiar e compromete a transmissão de recursos, o que influencia no ciclo de vida das crianças. Almeida (2014) analisa que quando uma família é imprevisível, o desenvolvimento de um adolescente é afetado por conta da exposição a riscos e adversidades, trazendo alterações no seu bem-estar. Isso acontece porque mudanças conjugais alteram a estrutura e a dinâmica familiar, necessitando de uma reorganização ou construção de novos padrões de relacionamento (ALMEIDA, 2014).

Com isso, em famílias que englobam a parentalidade além da biológica, oriunda de novas uniões, a complexidade aumenta porque existem experiências prévias dentro daquele lar, que exigem uma harmonia entre as decisões sobre o desenvolvimento e a educação da família alargada (ALMEIDA, 2014). Para a autora, conseguir esse equilíbrio é importante para garantir o funcionamento da família e passa pelo entendimento dos papéis dentro do novo lar, se

desprendendo da ideia de orientar a família de acordo com as vivências experimentadas no núcleo anterior.

A herança social também se traduz nas formas de socialização dos filhos, em que a análise dessa socialização permite entender as organizações familiares por classe e o entendimento das relações de gênero dentro do lar (ITABORAÍ, 2015). A autora argumenta que as mulheres eram responsáveis pela socialização dos filhos e quando as responsabilidades das crianças são compartilhadas, a construção da autonomia feminina aumenta. Dessa maneira, a socialização também revela quais são as responsabilidades dos adultos da família e quais serão as oportunidades que a geração por vir irá desfrutar, tanto em termos sociais quanto de gênero.

Comparando as gerações, os filhos agora destinam mais tempo aos anos de estudos do que seus pais e acabam postergando a entrada no mercado de trabalho. Contudo, os investimentos na educação dos filhos são limitados pelo poderio financeiro dos pais, fazendo com que muitas famílias não consigam garantir que os filhos se mantenham somente estudando, necessitando que eles entrem mais rapidamente no mercado de trabalho para contribuir com a renda. Isso faz com que a socialização dos filhos também releve os níveis e a estrutura das desigualdades sociais, pois a ideia de postergar a entrada do mercado de trabalho para ter mais qualificação educacional está relacionada com o desejo de alcançar maiores oportunidades sociais (ITABORAÍ, 2015).

Quando observado o orçamento da família, percebe-se que as famílias mais pobres destinam a maior parte do rendimento financeiro para os gastos com alimentação, mesmo que o valor nutricional do alimento não seja o melhor (CARVALHO e ALVES, 2012). Com isso, sobra pouca renda para ser gasta com educação, saúde e lazer. O número e idade de filhos influencia na composição dos gastos. Famílias com filhos com idade menor do que 15 anos gastam mais com educação do que as com filhos maiores de 15 anos (CARVALHO e ALVES, 2012). Para os autores, isso é resultado da necessidade de cuidados demandados durante os ciclos de vida e o acesso à educação pública. Por exemplo, creches e pré-escolas são ofertadas mais na rede privada, enquanto o ensino fundamental e médio tem mais possibilidades de garantir vaga no ensino público.

Sendo assim, as famílias com filhos menores de 15 anos, em todos os tipos de arranjo, apresentam menos renda. Já quando os filhos estão ou são maiores do que 15 anos, a renda familiar é mais elevada (CARVALHO e ALVES, 2012). Para os autores, quanto maior a dependência financeira dos filhos, a renda familiar reduz, existindo a relação positiva entre o rendimento familiar e presença de provedores, independentemente de serem cônjuges, filhos ou outros familiares.



As famílias estão em constante transformação. Fatores como a redução da taxa de fecundidade e a participação feminina no mercado de trabalho contribuíram para a diminuição do tamanho da família e para o crescimento de famílias chefiadas por mulheres, por exemplo. Como cada família organiza seu gasto de acordo com seus recursos financeiros, visando alocá-los da melhor maneira e garantir a manutenção do lar. Com isso, o arranjo familiar influencia também na participação no mercado de trabalho, já que determinados tipos de família precisam que os filhos entrem no mercado de trabalho mais cedo para complementar a renda. Dessa maneira, é importante esclarecer quais são as diferenças socioeconômicas de uma família monoparental feminina.

### 2.1.1 Desigualdade de gênero percebida na transmissão de recursos entre mãe e filho(a)s: o caso dos lares monoparentais femininos

A família monoparental é definida como grupos que contam com apenas um único progenitor e seus filhos. As famílias monoparentais não são algo novo e seu surgimento estava relacionado com a viuvez (LEITE, 2003). Após a Lei do Divórcio (Lei nº 6.515 de 26/12/1977), o número de famílias com esse formato passou a aumentar. Com base nos dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2002-2003, as mulheres são as pessoas de referência em mais de 90% das famílias monoparentais, mostrando que lares monoparentais masculinos são raros (CARVALHO e ALVES, 2012).

A família monoparental feminina (FMF) é definida por Costa e Marra (2013) como aquela em que a mãe e o(s) filho(s) vivem, a mulher é mãe solo, viúva, divorciada ou separada. De acordo com dados do IBGE, em 2018, havia mais de 11 milhões de mãe solas no Brasil, porém, é um modelo de família já presente no século XX, por conta da saída dos homens dos lares em busca de melhores condições de emprego proporcionadas pelo processo de urbanização (PACHECO, 2005). O crescimento de FMF pode estar relacionado ao próprio divórcio ou ruptura da união, gravidez fora do casamento, mas também indica o aumento da participação da mulher na atividade econômica, bem como sua capacidade de assumir uma família de maneira independente (ITABORAÍ, 2015). Além disso, Itaboraí (2015) acredita que o aumento da escolarização das mulheres em conjunto com a expansão da escolaridade no Brasil como um todo, participação no mercado de trabalho e renda, aumentou a autonomia das mulheres dentro do lar.

Um dos primeiros sinais de desigualdade de gênero dentro das famílias está relacionado ao uso do termo chefe do lar. Este termo carrega o peso dos valores patriarcais, com isso, somente quando a mãe solo, o termo de chefia feminina usado para descrever que a mulher é a autoridade dentro da casa (CARVALHO, 1998). Isso acontece porque com a presença do homem, a mulher pode ser a responsável pelo sustento, porém, não será motivo para considerá-la como chefe (BARBOSA et al., 2018). O título de chefe não é atribuído a ela por causa das construções sociais e culturais que tendem a associar o homem como autoridade (SANTANA, 2013). Muitas vezes a presença de algum homem dentro do núcleo familiar já é o suficiente para este ser considerado o chefe, mostrando que, por mais que haja o entendimento que a mulher é a mantenedora do lar, não necessariamente ela será considerada a chefe da família.

Um importante passo para driblar esse problema foi a mudança no Censo 2000 na forma de perguntar aos entrevistados sobre a chefia domiciliar, adotando “responsabilidade” no lugar de chefe ou pessoa de referência (SABÓIA, 2004). Para a autora, isso pode ter contribuído para o aumento do número das famílias chefiadas por mulheres, incluindo aquelas com cônjuge, tanto em relação ao Censo 1991 quanto as PNADs realizadas nos anos 1990. Cabe ressaltar que isso não significa que esse arranjo familiar seja algo recente, apenas foi mais bem captado nas pesquisas domiciliares (SABÓIA, 2004). Seu aumento mais tem ligação com a ideologia carregada na palavra “chefe”, como também com a associação entre a chefia com a pessoa com maior renda (MARIA, 2016).

Com a entrada da mulher no mercado de trabalho, a mulher passa a ter dupla jornada de trabalho (MOURA; LOPES e SILVEIRA, 2016; ALVES e RESENDE, 2021; PINTO, 2011), por estarem atuando em suas ocupações e realizando a profissão do lar, ou seja, os afazeres domésticos (FLECK et al., 2018). Segundo o IBGE (2019), as mulheres passam mais tempo realizando afazeres domésticos e/ou tarefas de cuidado de pessoas do que os homens, chegando a gastar quase o dobro de horas semanais nessas atividades do que os homens. Considerando apenas homens e mulheres ocupados, as mulheres gastavam, em média, 21,3 horas semanais com essas atividades e os homens gastavam 10,9 horas, em média. Assim, o tempo disponível para se dedicar ao trabalho remunerado é menor para as mulheres.

Sabendo que as famílias monoparentais contam com apenas um adulto e seus filhos, as responsabilidades e os cuidados recaem para somente uma pessoa, trazendo uma sobrecarga (BARBOSA et al., 2018). Quando se leva em consideração a construção social e histórica dos papéis da mulher e do homem, essa sobrecarga está nas mulheres por estarem associadas como responsáveis pelos afazeres domésticos. A discriminação de gênero tem como resultado o enfraquecimento financeiro das FMF (SAKAMOTO, MAIA e GORI, 2016). De acordo com

os dados da POF, entre 2002 e 2003, as FMF apresentavam alta discrepância entre a renda do lar e os gastos necessários, em que esses gastos ultrapassavam 32% do valor total da renda (CARVALHO e ALVES, 2012). A primeira explicação para isso seria a ausência de mais provedores de renda e a desigualdade de gênero observada no mercado de trabalho.

Ao longo dos anos, o enfraquecimento financeiro das FMF se consolidou como objeto de estudo. Com isso, Pearce (1978) formula o conceito de feminização da pobreza a partir de uma análise das taxas de pobreza dos estadunidenses entre 1950 e 1970. A autora percebe que houve um aumento na proporção de mulheres entre as pessoas mais pobres e, também, dos lares chefiados por mulheres entre as famílias mais pobres. Para Pearce (1978), a chefia feminina significa que os lares que não contam com a presença de um homem adulto, sendo os lares monoparentais femininos.

Costa et. al (2005) entendem que ao tratar a feminização da pobreza como aumento da proporção das mulheres entre os mais pobres ou das famílias chefiadas por mulher entre as mais pobres, há uma sensibilidade em termos de características demográficas da população que deseja analisar. Mas, não há um consenso que defina qual o conceito de feminização da pobreza, podendo sua análise envolver a comparação entre homens e mulheres, tanto individualmente quanto em família de acordo com a chefia (COSTA et al., 2005).

Ao se concentrar no empobrecimento das FMF, considera que há uma desvantagem por conta da ausência do cônjuge ou rompimento de um suposto padrão familiar, se constrói o entendimento de que acontece um aumento da “dimensão feminina” da pobreza, estritamente ligada à estrutura familiar (COSTA et al., 2005). Macedo (2008) afirma que as FMF também são prejudicadas pela incerteza da renda, já que muitas contam com pensão ou programas de políticas públicas.

Olhando para o Brasil, Sabóia (2004) aponta que associar somente a estrutura familiar de chefia feminina à pobreza é prejudicial, sendo mais interessante avaliar outras dimensões para entender melhor as vulnerabilidades das mulheres e sua relação com a pobreza global. Quando o conceito de pobreza está relacionado a renda, a inserção no mercado de trabalho evidencia que a pobreza feminina está mais associada com a participação feminina nos empregos informais (SABÓIA, 2004).

Mas Pearce (1978) não descarta que a pobreza também está presente em lares com chefia masculina, contudo, ela acredita que há consequências econômicas e sociais somente no fato de ser mulher. Por isso, a pobreza estaria condicionada pelo gênero dada a dinâmica social e familiar que expõe as mulheres a claras situações de desvantagens (MATEO, 2000). Dessa

maneira, a feminização da pobreza é o processo de empobrecimento das famílias chefiadas por mulheres, sendo um problema feminino (PEARCE, 1978).

O pressuposto da feminização da pobreza é a menor a possibilidade do indivíduo de superar da pobreza na vida adulta ao crescer numa FMF, trazendo a transmissão intergeracional da pobreza como ponto chave (NOVELLINO, 2016). Considerando que a desigualdade de condições e de oportunidades estabelecem uma relação circular, se a mãe solo apresenta desiguais condições, seus filhos estão fadados a sofrerem com a desigualdade de oportunidades. Não é porque o homem é ausente que o lar caminha para a feminização da pobreza, as mulheres estão em desiguais condições quando é observada a sua participação no mercado de trabalho, em que as mulheres estão em postos de trabalhos mais precários e com menores salários (SOARES, 2013).

Além da ocupação no mercado de trabalho, a mãe solo se torna mais vulnerável a situação de pobreza pois agora precisa desempenhar o papel de chefe, provedora, mãe e cuidadora (GIVISIEZ; OLIVEIRA, 2010) e precisa lidar com as desigualdades de gênero do mercado de trabalho (COSTA et al., 2005). Mesmo com o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, ainda há diferenças salariais, marcadas pela desigualdade de gênero e sexismo (LIMA et al., 2017).

De acordo com os dados do Observatório de Gênero, ao comparar a média salarial entre homens e mulheres, os homens recebem 10% a mais, mesmo as mulheres tendo maior escolaridade. Ao igualar a escolaridade e a idade, a diferença salarial aumenta para 17%, podendo chegar até 30% no Brasil. Considerando questões raciais, a vulnerabilidade é maior para as mães solo negras. A partir dos dados IBGE de 2018, 61% das mães solo com filhos de até 14 anos são negras e 63% dessas mães estão abaixo da linha da pobreza<sup>2</sup> (GÊNRO E NÚMERO, 2020).

A realidade ocupacional da mulher se relaciona com o contexto familiar o qual está inserida. Primeiro, os contratos de trabalho da mulher apresentam desvantagens em relação aos homens em termos de salários menores e sem a seguridade de todos os direitos trabalhistas, até mesmo quando possuem o mesmo histórico profissional de homens que estão no mesmo cargo. A segregação ocupacional é algo visto em vários países com características sociais e econômicas diferentes como Estados Unidos, Holanda e Reino Unido (SALES, 2014).

Novamente, a família contribui para o caráter estrutural da desigualdade de gênero dentro do mercado de trabalho à medida que mantém sua organização baseada na divisão sexual

---

<sup>2</sup> Considerou a renda abaixo de US\$5,50 por dia como linha da pobreza.

do trabalho, atribuído às mulheres às funções domésticas, o que as impede de ter uma melhor inserção no mercado de trabalho e/ou uma permanência mais constante (SALES, 2014). Quando a mulher consegue ter mais poder de negociação da divisão do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos, a relação com o mercado de trabalho poderia mudar. Mas,

[...] mesmo inseridas no mercado, seu poder de negociação ainda é mais baixo diante dos salários mais altos dos homens, além disso, quando se separam, pelo mesmo motivo, há um aumento da pobreza das mulheres relativamente aos homens, pois há mais mulheres vivendo em agregados pobres do que homens, entre casais, mulheres e homens que são responsáveis pelo agregado, há mais mulheres responsáveis pelos agregados pobres do que homens ou casais (England, 1997 apud SALES, 2014).

Por mais que as desigualdades no mercado de trabalho sejam características da pobreza, não são suficientes para determinar esse fenômeno (SABÓIA, 2004). A autora encontra que 28,8% dos domicílios de mãe solo viviam, em 2002, com rendimentos per capita equivalente a meio salário-mínimo, contudo, não é um perfil muito distante das famílias de casais heterossexuais com filhos, correspondendo a 28,6% nessa mesma condição. Segundo Lavinias (2006), em 2003, a presença de famílias chefiadas por homens e FMF era mais ou menos equivalente entre os 10% mais pobres.

Contudo, é preciso ressaltar que as mulheres se encontram sozinhas lidando com as questões profissionais e familiares (LAVINAS, 2006). Somente a similaridade proporcional de homens e mulheres na pobreza não indica que a vivência é a mesma e que tenham os mesmos mecanismos para superar a condição de pobreza (COSTA et al., 2005). Se a falta do cônjuge não significa piora da condição financeira das FMF, a presença de crianças pode estar mais relacionada à pobreza (SABÓIA, 2004).

Lavinias (2006) argumenta que quando não há filhos pequenos, as FMF são mais frequentes em estratos com maior renda, já as com filhos estão distribuídas em todos os níveis de renda. O arranjo de mãe com um filho de 14 anos ou mais, por exemplo, é mais frequente nos estratos de renda mais elevada, enquanto mães com filhos menores aparecem mais entre os mais pobres (SAKAMOTO, MAIA e GORI, 2016). Seria a situação de que o número de filhos supera o número de provedores. Segundo as autoras, filhos mais velhos podem ter participação remunerada no mercado de trabalho, elevando o nível da renda do lar, o que equaliza a relação - provedores e filhos.

Leone, Maia e Baltar (2010) analisam a composição das famílias e a relação com a pobreza. A conclusão dos autores é que os arranjos de mãe com filhos e casal com filhos aparecem com mais frequência entre os mais pobres, enquanto as famílias sem filhos ou unipessoais estão mais presentes entre os não pobres. Por exemplo, os lares com filhos menores

de 15 anos são os que mais contam com a mulher como pessoa de referência (CARVALHO e ALVES, 2012).

Segundo as autoras, essa característica pode contribuir para aumentar a vulnerabilidade desses lares porque as mães solas lidam com mais dificuldades dentro do mercado de trabalho. Acredita-se que ter filhos pode contribuir para a redução das experiências no mercado trabalho, por causa perda de produtividade, a ascensão profissional passa a depender da preferência por escolher empregos com maior flexibilidade do que com maiores remunerações, ou discriminação por seus empregadores, que acreditam que homens não são encarregados das responsabilidades da criação dos filhos (BUDIG; ENGLAND, 2001).

Com isso, as FMF são consideradas mais vulneráveis por fatores que envolvem meramente ter mais dependentes financeiros do que provedores de renda ou explicações que trazem a desigualdade de gênero na criação e no mercado de trabalho. Independente de qual seja a melhor explicação, essa vulnerabilidade pode ser transmitida para os filhos. Sendo o lar monoparental, a simples associação entre mãe e filhos pode não captar a dinâmica de transmissão intergeracional, por isso é necessário tratar de como o arranjo familiar altera essa transmissão.

## **2.2 Como a diversidade familiar altera o processo de transmissão intergeracional**

Como a família é responsável pela transmissão de valores e condições socioeconômicas, as mudanças na sua estrutura englobam as dimensões de status, tanto em termos de prestígio quanto em valores simbólicos que são atribuídos às práticas familiares (ITABORAÍ, 2015). A maneira com que os pais criam os filhos pode alterar de acordo com o sexo deles, o que pode modificar a trajetória socioeconômica das crianças.

Com isso, é na base familiar que começa a primeira construção de *status* de uma pessoa, fazendo com que a estrutura familiar seja uma peça importante dentro dos estudos de desigualdade de oportunidade (HOUT, 2018). Mas, é preciso entender que a diversidade das famílias aumenta a complexidade das relações familiares, trazendo questionamentos sobre como é feita a transmissão de recursos dos pais e das mães de famílias não tradicionais para geração seguinte (TACH, 2015). Isso porque o relacionamento entre pais e filhos afeta tanto *socioeconomic attainments* das crianças quanto na transmissão intergeracional de valores (BIBLARZ, RAFTERY, BUCUR, 1997).

A justificativa para utilizar as informações do pai e da mãe para estudar a mobilidade social de seus filhos e filhas foi desenvolvida pensando em famílias que contam com a presença de ambos, mas é uma lógica que também se aplica a outras configurações familiares (TACH, 2015). Com isso, os estudos de mobilidade social caminham ao longo das últimas duas décadas para a inclusão das filhas, do *background* total da família e identificação do papel dos cônjuges não biológicos dos pais (TORCHE, 2015).

Para Tach (2015), com o aumento da diversidade das famílias estadunidenses, faz com que seja necessário incluir outros familiares, como padrastos e madrastas, nos estudos para entender a transmissão intergeracional. Contudo, sua investigação esbarra na ausência de dados que contam com informações além dos pais (TACH, 2015). Mesmo que o efeito de padrastos ou madrasta não seja compatível com os pais biológicos, para a autora, ao superar essa limitação, é possível construir um panorama melhor sobre a transmissão dos recursos.

A partir dessa ideia, é possível analisar a mobilidade respeitando as diferentes configurações de família. Os lares monoparentais femininos são o foco desta pesquisa, por isso a literatura trazida de transmissão intergeracional e estrutura familiar foca nos estudos que tratam na monoparentalidade em algum ponto da vida da criança, seja causada por divórcio na família, viuvez ou outro fator. A importância desse assunto está ligada à diferença de oportunidades entre as famílias com dois adultos no mercado de trabalho e as famílias com apenas um adulto (FISCHER E HOUT, 2006). Ter mais adultos na residência significa maiores possibilidades de renda, aumentando a seguridade econômica e até mesmo proporcionando a liberdade de escolha de não trabalhar por parte de um adulto, já que outro consegue manter os rendimentos econômicos (HOUT, 2015).

Além da questão de mais provedores, o tempo de residência com os dois pais pode reforçar a renda, enquanto a instabilidade das relações familiares pode interromper o processo de transmissão (BLOOME, 2017). O estudo de Taylor, Chatters e Cross (2021) sobre a relação entre características socioeconômicas e o contato familiar para as famílias negras estadunidenses pode dar uma ideia inicial sobre os vínculos e rupturas familiares. De acordo com os autores, a proximidade entre os membros da família supera as questões materiais, mas, quando um membro da família não retribui o apoio familiar, a qualidade das relações familiares entra em ruína, levando a menores níveis de contato entre os membros da família.

A questão da proximidade é vista na teoria da socialização. Essa teoria pressupõe que a persistência intergeracional, seja de renda ou *status*, aumenta com o tempo de convivência dos filhos com ambos os pais (BLOOME, 2017). Isso seria resultado do maior tempo que os pais casados gastariam criando os filhos, fazendo com que a criança tenha mais oportunidades

de aprender os valores e os comportamentos dos pais. A similaridade de renda entre eles seria reforçada pela tendência de seguir os mesmos comportamentos também no aspecto profissional. Os padrões de vida adquiridos com essa convivência podem ser buscados pelos filhos em futuros relacionamentos, empregos e outras relações (BLOOME, 2017).

Com isso, os filhos apresentam mais possibilidades de imitar os comportamentos dos pais, mantendo a persistência intergeracional. Até mesmo a escolha matrimonial teria resquícios da repetição do comportamento dos pais, visto que o maior tempo de convivência eleva a propensão de se casar com pessoas do mesmo padrão de vida (BLOOME, 2017). Outro ponto destacado pela autora é que a supervisão parental seria mais eficiente em famílias com dois pais. Para ela, as parcerias mais estáveis facilitariam a cooperação e comunicação familiar, o que ajuda na criação dos filhos. A partir dos dados do *National Longitudinal Survey of Youth*, Bloome (2017) utiliza modelos paramétricos e não paramétricos para entender como a estrutura familiar modera a mobilidade intergeracional de renda nos Estados Unidos. Sua conclusão é que, num primeiro momento, ao ser criado num lar mais instável, a variação econômica da pessoa adulta é realmente maior.

Bloome (2017) encontra evidências de que a ausência paterna tem efeito negativo no desenvolvimento socioemocional das crianças. Durante a primeira infância, a ausência do pai aumenta os efeitos negativos no bem-estar da criança, sendo mais prevalente em meninos do que em meninas. McLanahan, Tach e Schneider (2013), a partir de uma revisão dos estudos da mesma temática, também já tinham identificado essa condição, concluindo que os efeitos persistem durante o desenvolvimento socioemocional na adolescência, em que a ausência do pai aumenta a experiência com comportamentos como fumar ou ter filhos precocemente.

Em termos de mobilidade, os resultados de Bloome (2017) mostram que o número de transições familiares aumenta a mobilidade. Porém, é preciso ter cautela ao interpretar esse alto volume, visto que pode ser um indicativo de mais insegurança e não distribuições de oportunidade. A insegurança seria resultado da dificuldade de manter a renda média e a classe social, fazendo com que os indivíduos criados fora de lares com dois pais sofram com a mobilidade descendente (BLOOME, 2017).

Já sobre educação, o efeito negativo é mais forte e consistente para resultados em relação ao desempenho no ensino médio e graduação, além de trazer consequências negativas no ajustamento socioemocional das crianças e saúde mental do adulto. Dessa maneira, as pessoas criadas em lares estáveis com dois adultos acabam sendo favorecidas, fazendo com que tenham resultados econômicos melhores do que aqueles que não foram criados nessas condições (MCLANAHAN, TACH e SCHNEIDER, 2013).



Outro ponto também é que, as mães que trabalham fora de casa direcionam menos tempo em casa com o cuidado com os filhos do que as mães que não trabalham fora de casa. Para Ribeiro (2019), com a mãe presente no lar, a atenção direcionada aos filhos na fase de escolarização pode ser uma vantagem a ser adquirida por aqueles que cresceram com a mãe em casa. Mas, Kalmjin (1994) argumenta que quando a mãe está num *status* ocupacional mais elevado, o efeito da sua ausência é superado com os privilégios econômicos e sociais da ocupação. Dessa maneira, mães de *status* ocupacional alto geram bônus aos seus filhos mesmo passando menos tempo com eles.

Em comparação entre casados e divorciados, Kalmijn (2015) analisou quais os impactos do *status* civil na transmissão de recursos financeiros, culturais e hábitos religiosos dos filhos. Para isso, o autor comparou pais casados, divorciados e com novos cônjuges, considerando a transmissão de realização educacional e frequência à igreja, possibilitando analisar tanto a transmissão de bens quanto de hábitos. Pela ótica de educação, os pais divorciados apresentaram influência similar aos pais casados, enquanto os padrastos eram menos influentes. Os pais casados influenciam mais na frequência na igreja, enquanto os pais divorciados eram menos influentes. As mães divorciadas, em contraste, pareciam ser mais influentes do que mães casadas, menos em relação à educação. Com isso, mesmo divorciadas, a transmissão educacional continua sendo consistente (KALMIJN, 2015).

Focando somente nas mães, mais uma camada para entender sua transmissão para os filhos pode ser adicionada. A partir dos dados do *General Social Survey* (GSS), Biblarz e Gottainer (2000) comparam as diferenças entre crescer com a mãe divorciada ou nunca casada e a mãe viúva. Os autores acreditam que a maternidade acompanhada pelo *status* civil de solteira pelo divórcio traz mais consequências negativas para as crianças do que a viuvez. As mães solteiras, sejam divorciadas ou nunca casadas, estão mais propensas a ocuparem empregos com baixa remuneração do que as mães viúvas, com isso, teriam uma desvantagem em termos de rendimentos ocupacionais, independente do seu nível educacional (BIBLARZ e GOTTAINER, 2000).

Além da desvantagem em relação aos filhos de mães viúvas, filhos de mães divorciadas também estão em pior situação do que filhos que cresceram com os dois pais. Sendo assim, os autores concluem que filhos de mães solo apresentam níveis menores de *status* ocupacional e escolaridade mais baixa. Contudo, as informações retrospectivas sobre a ocupação das mães não foram perguntadas durante anos, o que limitou analisar qual seria a relação com o desempenho e bem-estar social das crianças. Por fim, os resultados encontrados

sugerem que a posição da família na estrutura social pode indicar um ponto de partida para entender essa variação entre as realizações das crianças (BIBLARZ e GOTTAINER, 2000).

No Brasil, Ribeiro (2020) faz uso dos dados da PNAD 2014 para calcular a mobilidade social para três tipos de família: somente o pai com ocupação, somente a mãe com ocupação, pai e mãe com ocupação. O estudo não faz menção se há ou não ausência de um dos pais na família, apenas considera que não estava participando do mercado de trabalho no período questionado. Seus resultados mostram que a persistência intergeracional era maior para homens e mulheres que ambos os pais tinham ocupação e, quanto mais alta a origem, maior as chances de obter ocupações de status mais altos. Já quando a origem era no quartil mais baixo, as chances de obter resultados baixos eram maiores, independentemente qual era a situação ocupacional dos pais.

Esses estudos mostram que rupturas na família interferem no processo de transmissão intergeracional, especialmente se essa ruptura é um divórcio ou separação, resultando na ausência de um dos pais. Cabe aqui ressaltar que é a ausência da convivência diária e redução de acessos aos recursos. Além das rupturas, novas influências também podem contribuir para a transmissão de recursos. Mas ainda há espaço para acrescentar mais elementos que ajudem a entender como a família monoparental feminina pode ser afetada por mudanças nos seus vínculos e quais são os níveis socioeconômicos mais afetados.

### 2.2.1 Penalidade da ruptura da estrutura familiar no processo de transmissão intergeracional

Teoricamente, as famílias mais estáveis com dois pais, tendem a experimentar maior persistência intergeracional do que crianças de famílias instáveis, especialmente quando essa instabilidade vem de transições familiares, como divórcio e morte (BROWN, 2006 apud. BLOOME, 2017). Por mais que seja consenso na literatura que há penalidades causadas pela instabilidade, não há um consenso sobre qual grupo socioeconômico é mais penalizado.

Primeiro, o divórcio pode fazer com que os recursos do genitor que morar no lar com a criança se tornem essenciais, enquanto o acesso aos recursos daquele que não vive no lar reduz (BERNARDI, BOERTIEN e POPOVA, 2014). Com isso, a transmissão intergeracional passa a depender do contexto socioeconômico do pai que mora com a criança (BELLER, 2009). Considerando que a mãe geralmente é a que fica responsável pela guarda dos filhos, sua presença faz com que os efeitos dos seus recursos sejam menos afetados quando há o divórcio.

Isso ocorre porque não há uma quebra no vínculo da mãe com os filhos, fazendo com que sua transmissão não seja afetada e seus recursos facilitem a adaptação do divórcio (BERNARDI, BOERTIEN e POPOVA, 2014).

Mesmo que seja claro que aquele que mantém maiores vínculos com as crianças consiga estabilizar a transmissão intergeracional, existe uma divergência entre os autores sobre qual nível socioeconômico seria mais penalizado em caso de divórcio entre os pais. A teoria de destinos divergentes parte da ideia de que o divórcio aumenta a desigualdade social nos recursos dos pais e, por sua vez, nos resultados da criança.

A teoria do divórcio como equalizador defende que crianças que os pais possuem status socioeconômico maior, são mais penalizadas em caso de divórcio. O pressuposto é que as mães com maior escolaridade são mais vulneráveis a declínios causados pelo divórcio porque passam a sofrer com mais privações econômicas que antes não aconteciam. A lógica seria que as mães de escolaridade mais baixa já sofrem com privações econômicas antes do divórcio, tendo pouco espaço para perder mais (LEOPOLD e LEOPOLD, 2016).

Para os autores, quando os pais são mais instruídos, a penalidade do divórcio seria maior quando os pais não conseguem compensar as dificuldades enfrentadas pelos filhos pós-divórcio. Assim, os resultados encontrados por eles apontam que a penalidade do divórcio é duas vezes maior para aqueles que os pais tinham formação superior. Em termos de desempenho educacional e ocupacional, os efeitos negativos são muito maiores para o grupo de crianças com pais mais instruídos em comparação com os grupos de baixa escolaridade. O que segue o pressuposto da teoria do divórcio como equalizador.

A conclusão dos autores é que em algum momento, os recursos que os pais de ensino superior teriam disponíveis para melhorar os resultados dos filhos pós-divórcio, são afetados ou parcialmente insuficientes. Considerando os pais de origem social mais elevada fosse totalmente capaz de compensar qualquer adversidade que os filhos possam enfrentar, esses resultados indicam que não há efeitos compensatórios.

Já a teoria de destinos divergentes diz o oposto. Os filhos de pais de origem social mais baixa seriam mais penalizados pelo divórcio. Segundo Coleman (1988), o efeito do *status* socioeconômico familiar sobre os resultados das crianças deveria ser menor entre as famílias monoparentais porque o divórcio impõe restrições ao tempo e aos recursos dos pais, aqueles de origem socioeconômica mais alta terão menos oportunidades de transmitir vantagens aos filhos.

Grätz (2015) argumenta que, em termos de recursos financeiros, os pais de classe alta conseguem proteger os filhos depois de uma separação, diferentemente dos pais de classe baixa. Por exemplo, se a criança piorar seu rendimento na escola, os pais conseguem pagar por aulas

particulares. Além disso, os recursos sociais seriam maiores nessas famílias, com mais amigos e família, o que poderia ajudar quando o pai não estiver mais presente. Outro fator também é que as crianças de classe alta têm mais contato com o pai não residente depois da separação, o que ajuda a garantir a continuidade do acesso aos recursos (GRÄTZ, 2015). A educação também pode proporcionar mais estabilidade após o divórcio. A vida de uma criança de classe alta seria menos perturbada pela separação dos pais, favorecendo a sua adaptação à nova realidade (GRÄTZ, 2015).

Para entender qual situação socioeconômica gera mais penalidade, Fischer (2007) usa o nível e a alocação de recursos da família pré-divórcio como preditores. Com isso, a autora testa qual seria a gravidade do efeito do divórcio quando a mãe tem um nível socioeconômico maior antes de se divorciar; quando o pai tem o nível socioeconômico maior antes do divórcio e; também independente de quem era o nível mais alto pré-divórcio. Suas hipóteses são de que o efeito seria mais fraco quando é a mãe que possui nível maior e quando os altos níveis são independentes de sua alocação. Já quando é o pai, o efeito seria mais forte.

Sendo assim, seus resultados mostram que quando pai tem alto nível de recursos, as crianças sofrem maiores perdas após o divórcio, mas isso seria compensado nos casos em que a mãe também tem alto nível. Com isso, os recursos da mãe são capazes de diminuir substancialmente o efeito do divórcio sobre o nível final de educação dos filhos. Os efeitos negativos passam a ser mais fortes em famílias específicas, quando a mãe tem um baixo nível de recurso e o pai tem alto nível. Por isso, filhos de pais com poucos recursos tenderiam a ter piores resultados socioeconômicos do que filhos que um ou os dois pais têm mais recursos (FISCHER, 2007).

Mas, a autora destaca que esse efeito negativo não é necessariamente forte para as crianças porque foi observado que, após o divórcio, a associação entre os recursos do pai e dos resultados socioeconômicos dos filhos reduz, em contrapartida, a associação com a mãe aumenta. Desse modo, a variação dos efeitos do divórcio ainda esbarra em limitações, visto que, ao mesmo tempo que a ausência do pai com alto poderio socioeconômico pode significar perdas de recursos para as crianças, a mãe também estando com alto poder socioeconômico é capaz de compensar essas perdas. Somente quando há pouca ou nenhuma possibilidade de compensação pela mãe, e o pai também tinha poucos recursos pré-divórcio, que a perda de recursos também é menor (FISCHER, 2007).

### 3 PESQUISA EMPÍRICA

#### 3.1 Dados e métodos

Esta pesquisa tem como objetivo saber se o *status* da mãe modera o efeito da penalidade de residir no lar monoparental no *status* ocupacional dos filhos e das filhas, se debruçando na relação entre estrutura familiar e desigualdade de oportunidades, tendo como objeto de estudo os adultos que cresceram em lares monoparentais femininos. Com isso, a primeira parte do trabalho traz a literatura sobre mobilidade social e desigualdade de oportunidades, família e feminização da pobreza. A partir de agora, apresenta-se a parte econométrica, na qual foi feita a análise retrospectiva do efeito da estrutura da família, moderado pelo *background* materno, na ocupação da vida adulta.

As pesquisas que analisam a desigualdade de oportunidades de mobilidade social podem se basear na classe social dos indivíduos, com os *status* ocupacionais geralmente sendo utilizados como uma *proxy* das classes sociais. Sendo intergeracional, esse tipo de pesquisa tem como característica a necessidade de informações dos pais dos seus entrevistados. Para a realização deste estudo em específico, as informações retrospectivas da mãe são essenciais, o que reduz as opções de bases de dados disponíveis no Brasil.

A desigualdade de oportunidades é mensurada pela correlação ou associação entre classe de origem e classe de destino (RIBEIRO, 2012). A classe de origem é dada pela ocupação da mãe dos respondentes da PNAD quando estes tinham 15 anos, já a classe de destino corresponde a ocupação dos respondentes na semana de referência da pesquisa. Essa associação é medida pela estimação de regressões lineares do *Isei* de filhos e filhas em função do *Isei* da mãe. Segundo Ribeiro (2020), esse é o método usual para estimação de persistência intergeracional, já que permite estimar a média condicional do *Isei* dos filhos e filhas em função do *Isei* de origem.

Regressões lineares fazem parte da análise econométrica, com base na premissa de que  $y$  e  $x$  são variáveis representativas de uma população cujo interesse é saber como  $y$  (variável dependente) é explicado por  $x$  (variável independente) (WOOLDRIDGE, 2010). Neste caso, será estimada uma regressão linear múltipla, que traz mais de uma variável  $x$ , permitindo controlar outros fatores que afetam a variável dependente.

No Brasil, a primeira pesquisa a fazer perguntas retrospectivas sobre a ocupação dos entrevistados foi a PNAD 1973, contudo, se limitou a somente perguntar sobre a ocupação do pai quando começou a trabalhar. O que se repetiu para as edições posteriores com o suplemento de mobilidade (1982, 1988 e 1996). Foi somente na PNAD 2014 que o Suplemento de Mobilidade Sócio-ocupacional realizou perguntas sobre a mãe, por isso é a base de dados selecionada para este trabalho.

Para compor a PNAD 2014, foram entrevistadas 362.627 pessoas e o suplemento foi respondido 57.896 pessoas de 16 anos ou mais que residiam no domicílio, aproximadamente 16% da amostra inicial. Como a ocupação atual é a variável dependente, a prioridade é captar na amostra aqueles que possivelmente já completaram o ciclo educacional e estão inseridos no mercado de trabalho. Por isso, foram selecionados os entrevistados entre 25 e 65 anos, fazendo também oito grupos baseados nos anos de nascimento dos entrevistados para poder acompanhar as mudanças temporais. O grupo de idade mais novo corresponde àqueles com ano de nascimento entre 1985-1989 e o mais velho com nascimento entre 1949-1954.

Após a seleção dos participantes do suplemento, foi coletado o código - ocupação no trabalho principal da semana de referência dos entrevistados. O IBGE classifica as ocupações com base na Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar (CBO-Domiciliar), mas, para estimar a regressão, as ocupações foram recodificadas de CBO-Domiciliar para o *International Standard Classification of Occupations* de 1988 (ISCO-88).

Segundo o *International Labour Organization* (ILO), ISCO-88 agrega as informações ocupacionais coletadas pelos censos populacionais e outras pesquisas de diversos países, montando um sistema de classificação. Esse agrupamento acontece com base na semelhança entre as habilidades necessárias para cada emprego. Com isso, o ISCO-88 foca no que é necessário para realizar deveres e tarefas de cada ocupação, não levando em conta se um trabalhador é mais qualificado do que outro na mesma ou em outras ocupações.

Depois de recodificar para ISCO-88, foi feita a transformação para a escala *Isei*. O uso dessa escala é bastante comum nos estudos de mobilidade e estratificação social por trazer uma hierarquia numa escala contínua com *score* que varia de 16 a 90, sem comprometer as informações das ocupações mais limitadas.

Após as transformações, a amostra utilizada para as análises estatísticas conta com 39.040 entrevistados, sendo 52,58% mulheres e 47,42% homens, entre 25 e 65 anos.

Tabela 1 – Distribuição da amostra por sexo entre 25 e 65 anos em 2014.

	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
<b>Mulheres</b>	20.526	52,58
<b>Homens</b>	18.514	47,42

Fonte: A autora, 2022.

Além da necessidade de informações ocupacionais, é preciso saber qual o tipo de família o entrevistado cresceu, aqui sendo de interesse famílias monoparentais femininas. Isso viabiliza a construção de uma *proxy* para a monoparentalidade feminina gerada a partir da variável V32010, que corresponde a pergunta: “Quando tinha quinze anos de idade, morava com seu pai ou com outro homem que era responsável pela sua criação?”. Com isso, 18,63% afirmaram que não moravam com o pai, sendo oriundos de uma FMF. Dentro desses respondentes, 55,73% eram mulheres e 44,27% homens.

Sendo o *background* da mãe de maior interesse, foram selecionadas algumas variáveis para construir um panorama informativo sobre elas. Todas as perguntas pedem para o entrevistado responder de acordo com a realidade da mãe quando ele tinha 15 anos de idade. O uso do ano de nascimento ajuda a identificar quais variáveis foram mais influenciadas com o tempo, as que apresentarem pouca variação, serão descritas sem as distinções por coorte.

Começando com a pergunta sobre a mãe ou mulher responsável ter algum trabalho remunerado ou não remunerado, não analisar pelo ano de nascimento do entrevistado leva a acreditar que a maioria (51,62%) das pessoas selecionadas cresceu com a mãe com trabalho remunerado. Quando a análise é repetida considerando cada coorte, fica perceptível o aumento das mães trabalhadoras remuneradas com a diminuição da idade de seus filhos. Das pessoas entre 35 e 39 anos, 53,18 % das mães tinham trabalho remunerado, aumentando para 57,85% para as pessoas de 25 a 29 anos.

Para aqueles com mães com trabalho remunerado responderam também sobre a posição de ocupação delas. Novamente, as idades dos entrevistados mostraram alterações nas respostas, houve um aumento no percentual de mães empregadas ao longo dos anos, saindo de 18,42%, para filhos de 60 a 65 anos, para 40,17%, para 25 e 29 anos. Na Tabela 2 mostra a distribuição para cada posição sem diferenciar por idade.

Tabela 2 – Posição de ocupação da mãe quando os filhos tinham 15 anos

<b>Posição da mãe na ocupação</b>	<b>%</b>
Empregada	32,03
Trabalhadora doméstica	16,84
Conta própria	19,17
Empregadora	1,38
Trabalhadora não remunerado membro da unidade domiciliar	16,77
Outra trabalhadora não remunerada	0,29
Trabalhadora na produção para o próprio consumo	13,19
Trabalhadora na construção para o próprio uso	0,02
Não sabe	0,31

Fonte: A autora, 2022.

Em sequência, foi perguntando qual a ocupação que a mãe exercia nesse trabalho. Como a informação também é em código ocupacional, foi necessário fazer o mesmo processo de recodificar as ocupações para *Isei*. A distribuição das mães dentro da escala ocupacional sofre alterações para cada coorte temporal, por exemplo, o menor *score* é 16 e foi justamente o valor com mais frequência para todas as idades, mas a mediana e a média aumentam para os entrevistados mais novos, saindo de 16 e 24,4 para 33 e 34,17, respectivamente.

Sobre o nível de escolaridade da mãe, foram feitas duas modificações nas respostas do questionário. A primeira transformou em *missing* aqueles que responderam que não sabiam a escolaridade e a segunda alterou “Nenhum” de 12 para 00, as informações estão na Tabela 3 abaixo. Das respostas válidas, 37,2% dos participantes alegaram que a mãe estudou até o primário e 28,95% a mãe não tinha nenhuma escolaridade. Observando por coorte de nascimento, o perfil escolar das mães apresenta distribuição bem parecida..



Tabela 3 – Variável escolaridade da mãe

<b>Classificação</b>	<b>%</b>
Nenhum	28,95
Maternal ou jardim de infância	0,25
Classe de alfabetização - CA	2,18
Alfabetização de jovens e adultos	0,5
Primário (elementar)	37,2
Ginásial (médio 1º ciclo)	6,6
Científico, clássico, colegial, normal (médio 2º ciclo)	4,74
Ensino fundamental ou 1º grau	7,99
Ensino médio ou 2º grau	6,89
Superior de graduação	4,49
Mestrado ou doutorado	0,2

Fonte: A autora, 2022.

Até aqui foram exploradas apenas estatísticas descritivas de algumas variáveis que serão importantes para ajudar a entender a mobilidade intergeracional entre mãe e filhos. Cabe destacar a maior sensibilidade temporal das variáveis relacionadas à mãe no mercado de trabalho, visto que foram nessas variáveis que apresentaram mais distinção considerando a idade dos entrevistados. Na próxima subseção, a associação entre classe de origem e destino será feita a partir do uso de regressões lineares. Os modelos estimados seguem o mesmo padrão, sofrendo apenas alterações nas variáveis independentes de acordo com as hipóteses testadas.

### 3.2 O efeito do status da mãe na penalidade do lar monoparental feminino

Três perguntas são formuladas a partir do objetivo principal da pesquisa. A primeira diz respeito ao gênero do filho, será que o *Isei* da mãe tem o mesmo efeito tanto para filha quanto para filho? A segunda: como a monoparentalidade afeta o *Isei* de destino? E por último: o *Isei* da mãe atua como um moderador da penalidade do lar monoparental? A partir dessas perguntas, duas hipóteses são estimadas:

- **Hipótese 1:** O *Isei* da mãe tem efeito diferente no *Isei* de destino de acordo com o gênero, se for mulher, o efeito do *Isei* da mãe é mais forte do que se for homem.

Essa hipótese se relaciona com o modelo de inspiração e *sex-role*. O modelo de inspiração diz que homens teriam mais chances de se inspirar em outros homens profissionais do que em mulheres profissionais. Dentro do universo familiar, o modelo *sex-role* pressupõe que os pais influenciam mais o filho, enquanto a mãe influencia a filha. Com isso, a transferência de *status* ocupacional seria mais intensa do pai para o filho e da mãe para a filha.

Além disso, a segregação ocupacional por gênero também pode contribuir para maior associação entre os gêneros. Relembrando os resultados encontrados por Korupp (2000), a probabilidade de o filho seguir numa ocupação dominada por homens aumenta quando o seu pai também estava numa ocupação dominada por homens e o mesmo aconteceria entre mãe e filha. Como foi dito por England (2010), a filha seguirá para uma ocupação considerada como masculina somente se fosse a única saída para alcançar a mobilidade social.

Cabe também considerar que o direcionamento da atenção do pai e da mãe na criação dos filhos. Como exposto por Aguiar, Fernandes e Neves (2007), o pai tende a se preocupar mais com a posição social do filho por conta da ideia de que ele será o provedor da sua futura família. Com isso, a filha investira mais na educação dela para garantir seu acesso ao mercado de trabalho, geralmente em carreiras consideradas femininas.

- **Hipótese 2:** Crescer num lar monoparental feminino influencia no *Isei* de destino e essa penalidade é maior para filho(a)s de mães com *Isei* mais baixo.

A influência da monoparentalidade no *Isei* pode acontecer por conta dos efeitos que alterações na estrutura da família tem no desenvolvimento das crianças. Para Bloome (2014), lares com pai e mãe podem apresentar maior persistência social, contudo, essa persistência pode estar relacionada à estabilidade dos lares, pela lógica de que as mudanças na família podem atrapalhar na transferência de recursos dos pais para os filhos. Sendo assim, os lares monoparentais, além de sofrerem com a feminização da pobreza, também podem ser mais instáveis ao longo do ciclo de vida da criança, tanto do ponto de vista financeiro quanto por mudanças na estrutura da família com as alterações dos vínculos afetivos.

Aqui entram as teorias de destinos divergentes e divórcio como equalizador. Por mais que não seja possível determinar pelos dados se a mãe solo passou por um divórcio para chegar nessa condição, é possível trazer elementos expostos em ambas as teorias para ajudar a entender como o *status* da mãe modera a ausência do pai na residência. Primeiro, Fischer (2007) acredita que, após o divórcio, aumenta a associação entre os recursos socioeconômicos da mãe e o resultado socioeconômico dos filhos, e reduz a associação entre pai e filhos. Taylor, Chatters e Cross (2021) também encontram evidências similares, apontando que quando o pai é ausente,

a qualidade da relação com os filhos é baixa, tendo como penalidade a falta dos benefícios adquiridos com a convivência, tanto emocionais quanto financeiros.

Partindo desses argumentos, a maior associação com mãe pode trazer mais penalidade para aqueles que tiveram origem mais baixa. Para Ribeiro (2019), com a mãe presente no lar, a atenção direcionada aos filhos na fase de escolarização pode ser uma vantagem a ser adquirida por aqueles que cresceram com a mãe em casa. Mas, Kalmjin (1994) argumenta que quando a mãe está num status ocupacional mais elevado, o efeito da sua ausência é superado com os privilégios econômicos e sociais da ocupação. Dessa maneira, mães de *status* ocupacional alto geram bônus aos seus filhos mesmo passando menos tempo com eles.

Relacionado com os argumentos expostos na primeira hipótese, mesmo que haja diferença entre a transmissão do pai para filho e filha, sua presença pode adicionar mais uma camada de seguridade social. Isto porque, para os filhos, aqui está sendo suposto que o pai busque que o filho consiga exercer o papel de provedor da sua família, e para as filhas, mesmo que a transferência do *status* ocupacional não seja prioridade para o pai, seu *status* ocupacional pode ser determinante para garantir que a filha consiga investir em sua educação para garantir acesso ao mercado de trabalho (AGUIAR, FERNANDES e NEVES, 2007). Em termos de penalidade, determinados *status* sociais podem se proteger mais desse efeito negativo do lar monoparental, logo, quanto maior o *status* da sua mãe, menos sofreria em termos de chance de não morar com o pai.

Algumas considerações precisam ser feitas antes de testar as hipóteses. Para a análise do efeito do *Isei* da mãe e da monoparentalidade feminina no *Isei* de destino, optou pelo uso de variável binária para o sexo e para o tipo de família, do que separar a amostra de acordo com esses subgrupos. Uma variável binária classifica os dados em categorias mutuamente exclusivas, dividindo a amostra em subgrupos, logo, gera regressões para cada subgrupo. A diferença entre cada subgrupo é captada por meio das alterações nos interceptos ou nos coeficientes angulares, até mesmo em ambos, nas regressões (GUJARATI, 2011).

$$IseiAtual = \beta_0 + \beta_1 IseiMaterno + \beta_2 Sexo + \beta_3 IseiMaterno * Sexo + \varepsilon \quad (1)$$

A Equação (1) representa Modelo 1, que é estimado visando testar a primeira hipótese. Sua estimação conta com somente o efeito do *Isei* da mãe (*IseiMaterno*) para filhos e filhas, uso de uma variável binária (*Sexo*), que assume 1 para homens e 0 para mulheres, e uma interação (*IseiMaterno \* Sexo*) entre o sexo e o *Isei* da mãe para saber o sexo modifica a influência do status materno. A interação é importante porque pode alterar o efeito de duas

características consideradas individualmente, assim, o efeito médio das variáveis binárias na variável dependente é aditivo e multiplicativo (GUJARATI, 2011). Essa interação entre sexo e *Isei* materno que irá auxiliar a responder se há diferença de gênero no efeito no *Isei* de origem. A expectativa é que o *Isei* Materno tenha efeito positivo no *Isei* Atual, já que a literatura aponta que o status ocupacional da mãe influencia no status ocupacional de destino de seus filhos.

Os resultados estimados mostram que a associação média entre o *Isei* da mãe e o *Isei* de destino é de 0,510, com isso, a cada aumento de um ponto no *score* ocupacional da mãe, o *score* da ocupação de destino aumenta, em média, 0,510, controlando todas as outras variáveis. A interação que mostra a associação conjunta do sexo e o *Isei* materno não é uma variável estatisticamente significativa. Possivelmente, o sexo e o *Isei* da mãe combinados não influenciam diretamente no *Isei* de destino, o que contraria a primeira hipótese.

O Modelo 2 repete as variáveis independente do Modelo 1 e adiciona a variável binária para o tipo de família e três interações: tipo de família e o *Isei* materno; tipo de família e sexo; tipo de família, sexo e *Isei* materno. Essas modificações tornam possível saber se há diferença entre homens e mulheres dada a família de origem, testando a segunda hipótese. A variável Tipo de Família assume 1 para família nuclear e 0 para família monoparental feminina, com isso, a expectativa é que esta variável tenha efeito positivo no *Isei* atual, partindo da ideia de que lar com ambos os pais traz mais estabilidade à criança. Contudo, ao interagir o tipo de família e o *Isei* materno, espera-se que o *status* da mãe perca efeito no *Isei* atual justamente porque a mãe não é a única a compor a transmissão de recursos dentro da família.

Neste modelo, a interação entre o *Isei* materno e o sexo continua não sendo significativa, bem como a interação entre tipo de família e sexo. Mas o foco aqui é nas interações que consideram o tipo de família e o *Isei* da mãe.

$$\begin{aligned}
 IseiAtual = & \beta_0 + \beta_1 IseiMaterno + \beta_2 Sexo + \beta_3 IseiMaterno * Sexo + \\
 & \beta_4 TipoFamília + \beta_5 IseiMaterno * TipoFamília + \beta_6 TipoFamília * Sexo + \\
 & \beta_7 IseiMaterno * Sexo * TipoFamília + \varepsilon
 \end{aligned}
 \tag{2}$$

Tabela 4 – Modelos 1 e 2: Efeito do Isei materno no Isei de destino

	(1)	(2)
	IseiAtual	IseiAtual
IseiMaterno	0.510*** (37.08)	0.424*** (14.68)
Sexo	-2.404*** (-4.16)	-4.543*** (-3.32)
IseiMaterno*Sexo	-0.0172 (-0.97)	0.0575 (1.47)
TipoFamília		-2.551** (-2.29)
IseiMaterno*TipoFamília		0.113*** (3.54)
TipoFamília*Sexo		2.616 (1.73)
IseiMaterno*TipoFamília*Sexo		-0.0961** (-2.16)
$\beta_0$	25.04*** (51.18)	27.11*** (26.69)
Num. Obs	8.692.858	8.692.858
R <sup>2</sup> ajustado	22,30%	22,44%

Legenda: T statistics in parentheses \* p<0.05, \*\* p<0.01,

\*\*\* p<0.001

Fonte: A autora, 2022.

A partir dos resultados do Modelo 2, é possível simular alguns cenários. Primeiro, considerando uma mulher que morou com ambos os pais, estima-se que a associação entre origem e destino passe de 0,424 para 0,537 nessas condições, isso porque não ser de família monoparental adiciona mais 0,113 ao *Isei* da mãe. Já para um homem também com família nuclear, a associação aumenta, passando de 0,424 para 0,4984, mas o grau é menor do que das mulheres por conta da interação entre *Isei*, tipo de família e sexo, que tem efeito negativo, reduzindo a associação entre homens e mães. Dessa maneira, a associação origem e destino, quando a família é monoparental, aumenta junto com o aumento do *Isei* da mãe, visto que tanto o *Isei* quanto o tipo da família apresentam efeitos positivos no *Isei* de destino. Esse resultado já

indica que a família nuclear, ou seja, com mãe e pai, não reduz o efeito entre mãe e filhas e filhos, pelo contrário, essa associação é reforçada com a presença do pai.

Se tratando de quem é mais penalizado com a família monoparental feminina, os resultados se tornam mais palpáveis quando calculados os valores preditos do *Isei* atual atribuindo valores às outras variáveis do Modelo 2. A partir da definição de valores escolhidos para as variáveis *Isei* Materno, sexo e tipo de família, é possível determinar o valor das demais variáveis, já que as demais são combinação entre elas. Para *Isei* da mãe, foram considerados os *scores* 30 e 50<sup>3</sup>. Abaixo, os resultados preditos para as condições escolhidas.

Tabela 5 – Simulação do *Isei* de destino.

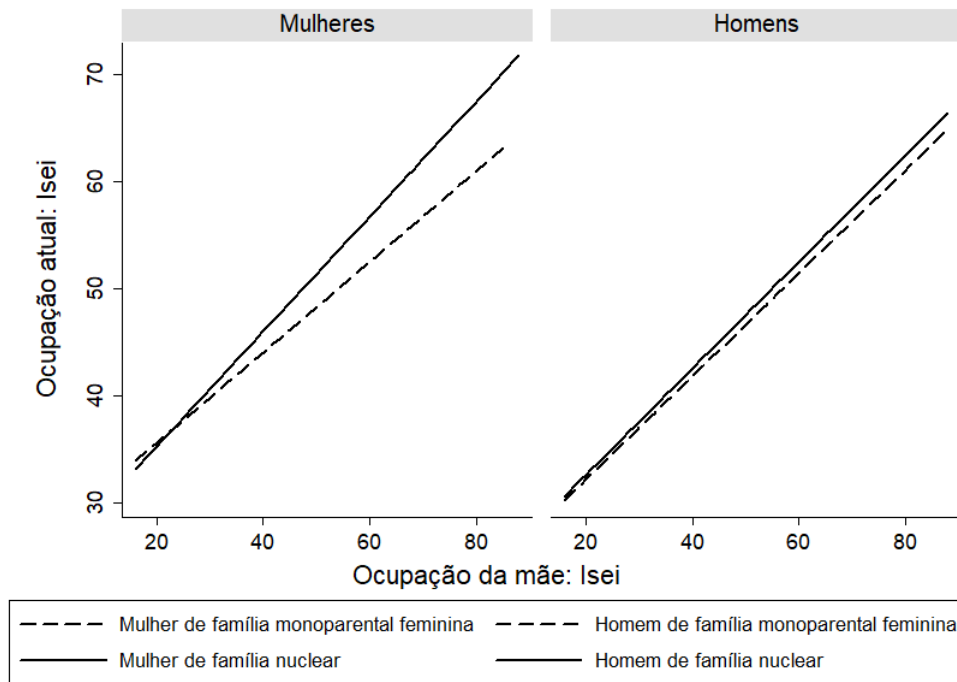
	Mulheres		Homens	
	<i>Isei</i> de origem=30	<i>Isei</i> de origem=50	<i>Isei</i> de origem=30	<i>Isei</i> de origem=50
Família monoparental	40,00	48,88	40,21	49,17
Família nuclear	39,74	51,11	38,85	48,01

Fonte: A autora, 2022.

Começando pelas mulheres, os valores preditos mostram que a mulher com origem mais alta sofre mais quando tem origem numa família monoparental. Veja, morando com ambos os pais, o *Isei* dessa mulher seria correspondente a 51,11, mas se ela morasse somente com a mãe, cairia para 48,88. Já para *score* do *Isei* materno equivalente a 30, o valor predito é maior para aquelas que cresceram em lar monoparental (40) do que as que cresceram com ambos os pais (39,91). Sendo assim, os resultados indicam maior persistência intergeracional para adultos de famílias nucleares. A teoria da socialização já indicava que a persistência é mais forte para aqueles que conviverem no lar com ambos os pais, inclusive, se considerar também as escolhas de casamento, quando ambos estão no lar, o *Isei* do pai é indiretamente captado pelo *Isei* da mãe, mesmo quando não é incluído na estimação (KORUPP, 2000). Sendo assim, para as famílias nucleares, os resultados estimados trazem, indiretamente, o efeito dos recursos do pai. Olhando graficamente, também fica evidente que a associação é maior para adultos com ambos os pais.

<sup>3</sup> Ocupações com *score* 30 são aquelas que fazem parte do grupo de manuais urbanos como trabalhadores domésticos, ajudantes de cozinha, ajudantes de pedreiros. Enquanto o *score* 50 abrange o grupo das ocupações com algum de nível técnico, como inspetores de construção, assistentes de laboratório médico, técnicos de segurança de tráfego aéreo.

Figura 1 – Associação entre origem e destino para filhos e filhas, 2014



Fonte: A autora, 2022.

Primeiro, é possível ver a mudança na inclinação da reta para das mulheres, enquanto as retas dos homens estão quase sobrepostas. Para os estudiosos, uma baixa inclinação da reta está relacionada com oportunidades iguais (RIBEIRO, 2020), em que a persistência intergeracional menor corresponde a menores coeficientes. Neste caso, a persistência intergeracional é maior para as mulheres que cresceram com o pai presente, ou seja, elas apresentam mais chances de ter uma ocupação maior não só do que as mulheres que cresceram em lares monoparentais, como também para os homens nos dois tipos de situação. Analisando somente pela teoria, menores coeficientes, vistos nos casos das famílias monoparentais, trariam um sinal de menos desigualdades de oportunidades, mas, se tratando da monoparentalidade, a menor persistência não necessariamente significa mais oportunidades, pode ser uma insegurança causada por alguma instabilidade do lar (BLOOME, 2014). Novamente, os dados não conseguem captar se a monoparentalidade feminina é resultado do divórcio, separação, viuvez ou outro motivo. Contudo, independente da maneira como se chegou a monoparentalidade, não altera o destino das famílias: continuam sendo lares com mães solas, suas dificuldades de gênero e de manutenção da família são similares, mesmo que em menor grau.

Ainda observando as mulheres, nota-se que o único ponto que a reta da família nuclear está acima da reta da família monoparental é quando o *Isei* das mães com menor que 20 e o *Isei*

das mulheres entre 30 e 40. Isso indica que a persistência é maior para mulheres de lares monoparentais com baixo *Isei*. Ou seja, essas mulheres apresentaram mais dificuldades de superar as condições de origem e alcançarem ocupações mais altas do que de suas mães. Por mais que tenha um aumento, ainda é um movimento de pouca mobilidade, se concentrando entre ocupações de *Isei* próximo.

A partir do *Isei* 40 para mães e para as mulheres que os resultados ficam mais distintos. As mulheres de família nuclear passam a ter mais persistência do que as mulheres de família monoparental. Ao morar somente com a mãe, a filha se torna mais dependente dos recursos da mãe (BERNARDI, BOERTIEN e POPOVA, 2014), a convivência com a mãe não sofre com rupturas causadas por eventuais alterações na família que envolvam a presença ou não do pai. Mesmo não podendo garantir que o lar se tornou monoparental em algum momento por conta de um divórcio, os resultados encontrados nessa pesquisa contraíram o que foi identificado por Fischer (2007). Aqui, a associação entre os recursos socioeconômicos da mãe e resultado socioeconômico dos filhos e filhas é menor. Enquanto para Fischer (2007), essa associação seria maior após a família se tornar monoparental.

Apesar de ainda existir uma dependência do recurso da mãe para ambas os casos, o lar monoparental penaliza mais as filhas de origem mais altas. Os resultados indicam que na família nuclear, a persistência intergeracional aumenta mais ainda com o aumento do *Isei* da mãe. Considerando que nesse caso, o *Isei* da mãe capta indiretamente o efeito do *Isei* do pai, quando o pai não faz parte do lar, as filhas perdem os benefícios trazidos por ele, o que se traduz nos resultados como a diminuição da associação entre origem e destino. Existe uma perda na qualidade da relação entre pai e filhos, que gera a penalidade pela falta de benefícios que são mais bem transmitidos aos filhos com a convivência (TAYLOR, CHATTERS E CROSS, 2021). Se o pai tem muito a oferecer, ao sair do convívio direto com os filhos, estes são mais penalizados.

Mesmo que ter somente a mãe no lar poderia implicar em efeitos negativos no bem-estar da criança por conta da diminuição do tempo de convivência com ambos os pais ou porque a mãe inserida no mercado de trabalho enfrenta uma dupla jornada de trabalho (MOURA; LOPES E SILVEIRA, 2016; ALVES E RESENDE, 2021; PINTO, 2011), perder a os recursos do pai com alto *Isei* desestabiliza mais aquela criança, afetando nos seus resultados ocupacionais na vida adulta. Agora comparando entre gêneros, por mais que o modelo não tenha resultados evidentes de diferença entre mulheres e homens, a figura reforça que o *Isei* da mãe mantém a influência no *Isei* do homem independentemente do tipo de família. Pode ser que o pressuposto do modelo *sex-role* e de segregação ocupacional seja válido para essas

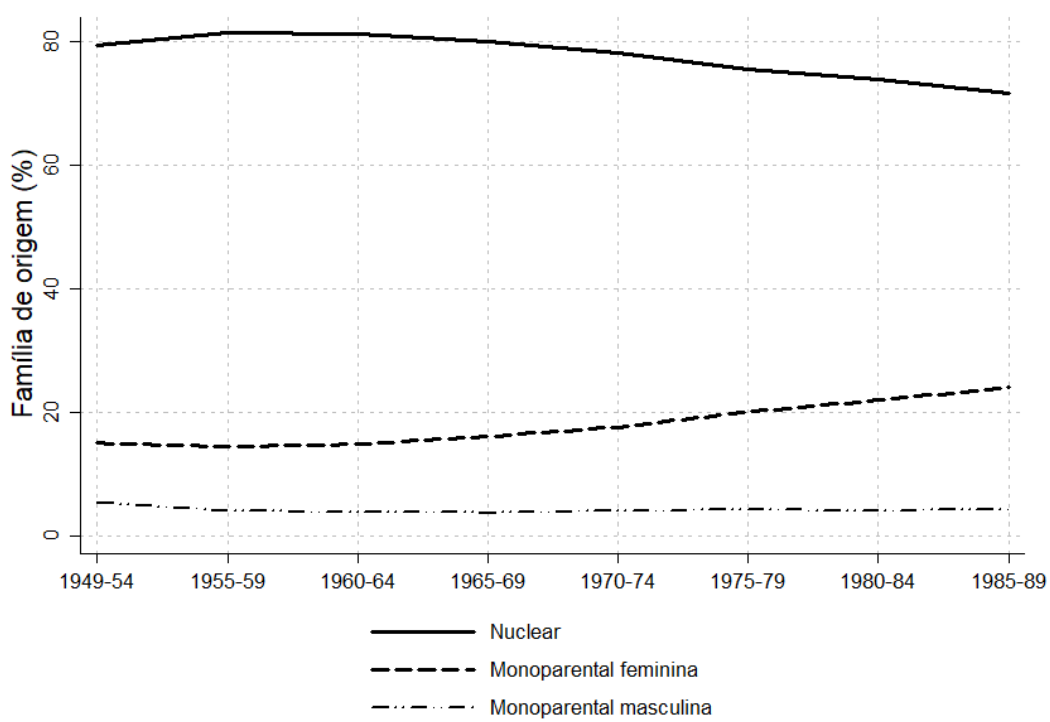


condições. O homem pode ter menos aspiração em seguir a carreira da mãe, seja por identificação com o gênero ou por considerar que é uma carreira feminina.

### 3.2.1 Diferenças entre idades

A entrada das mulheres no mercado de trabalho é intensificada na década de 1970. Sendo assim, muitos adultos cresceram com as mães sem *status* ocupacional. Em conjunto com as questões ocupacionais, a entrada no mercado de trabalho também indica que as mulheres passaram a assumir a chefia de uma família de maneira independente, seja com cônjuge ou não (ITABORAÍ, 2015), influenciando mais na tomada de decisão no lar (KORUPP, GANZEBOOM e VAN DER LIPPE, 2002).

Figura 2 – Tipos de família por coorte de idade, 2014



Fonte: A autora, 2022.

A média do *Isei* da mãe aumenta com a diminuição da idade dos entrevistados, variando de 28,58 no primeiro coorte para 36,78 no último. Já a mediana aumenta até o grupo de pessoas de idade entre 50 e 54 anos, mantendo o *score* de 33 até o grupo de 25 a 29 anos.

Tabela 6 – Média e Mediana do Isei da mãe solo por coorte de idade, 2014

<i>Isei materno</i>		
Idade	Média	Mediana
60-65	28,58	29
55-59	30,69	30
50-54	30,76	33
45-49	31,37	33
40-44	33,17	33
35-39	34,35	33
30-34	35,81	33
25-29	36,78	33

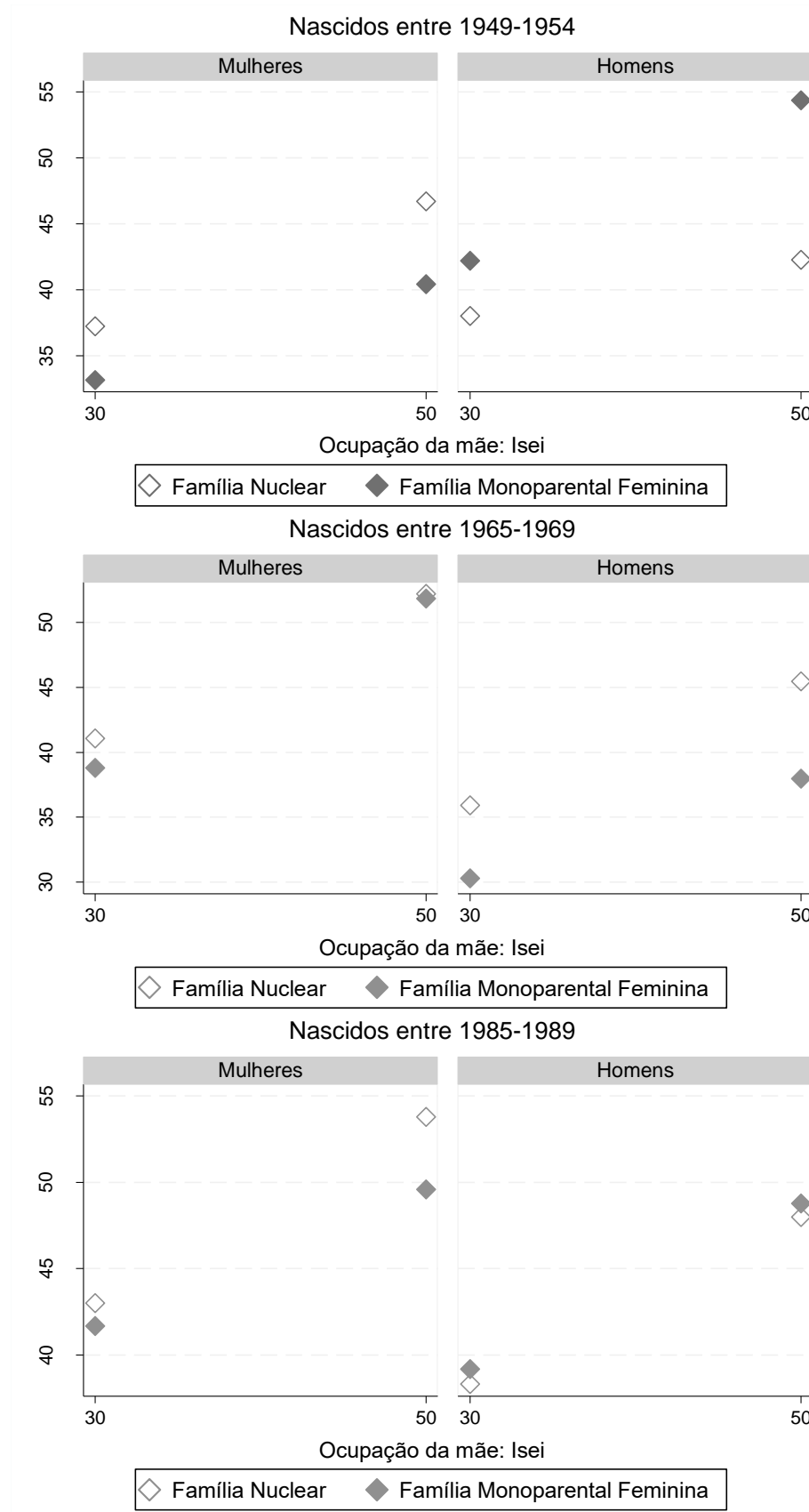
Fonte: A autora, 2022.

Para verificar se teve alguma variação entre as idades dos entrevistados, o Modelo 2 foi replicado agora considerando os grupos de idade selecionados. Os valores preditos também foram calculados para verificar se existe diferença entre os mais penalizados entre as coortes. Novamente, foram escolhidos os *Isei* 30 e 50 para fazer as simulações em relação a origem ocupacional. Assim, as mulheres com origem de *Isei* 50 perdem mais quando crescem num lar monoparental feminino, especialmente as mulheres nascidas entre 1949-1954 (redução de 6,25 no *score*) e 1985-1989 (redução de 4,21 no *score*).

Em contrapartida, os homens nascidos entre 1949-1954 de lar monoparental feminino apresentam *Isei* maior do que os de lar nuclear, com maior queda também para os homens com origem mais alta. Somente para o grupo nascido entre 1965-1969 que a origem em família nuclear garante maior *Isei*, ainda mais se a origem da mãe for alta. Com isso, os homens nascidos entre 1965-1969 e com *Isei* de origem 50 são mais prejudicados quando crescem na família monoparental feminina.

Outro ponto interessante que pode ser destacado com os valores preditos no caso das mulheres é que, considerando a origem no *Isei* 30, a diferença entre os tipos de família é pequena e reduz com o rejuvenescimento dos entrevistados. Para os homens, a diferença também reduz no grupo mais jovem, mas mantém a situação de que os homens de lar monoparental apresentaram melhor desempenho do que homens de lar nuclear.

Figura 3 – Modelo 2: Valores preditos considerando grupos de idade, 2014



Fonte: A autora, 2022.

Outra maneira de visualizar os resultados do modelo estimado é por meio do gráfico com as inclinações das retas dos modelos, como é exibido na figura 4. Relembrando que a baixa inclinação da reta indica um cenário com oportunidades mais iguais, no caso dos homens, a figura mostra que os mais velhos de família monoparental são os que apresentam maior persistência intergeracional. É o primeiro resultado que se comporta dessa maneira em todos os *scores* do *Isei* da mãe. Já na coorte de idade seguinte, as retas estão praticamente sobrepostas. Para os mais jovens, a persistência intergeracional se torna maior para famílias nucleares.

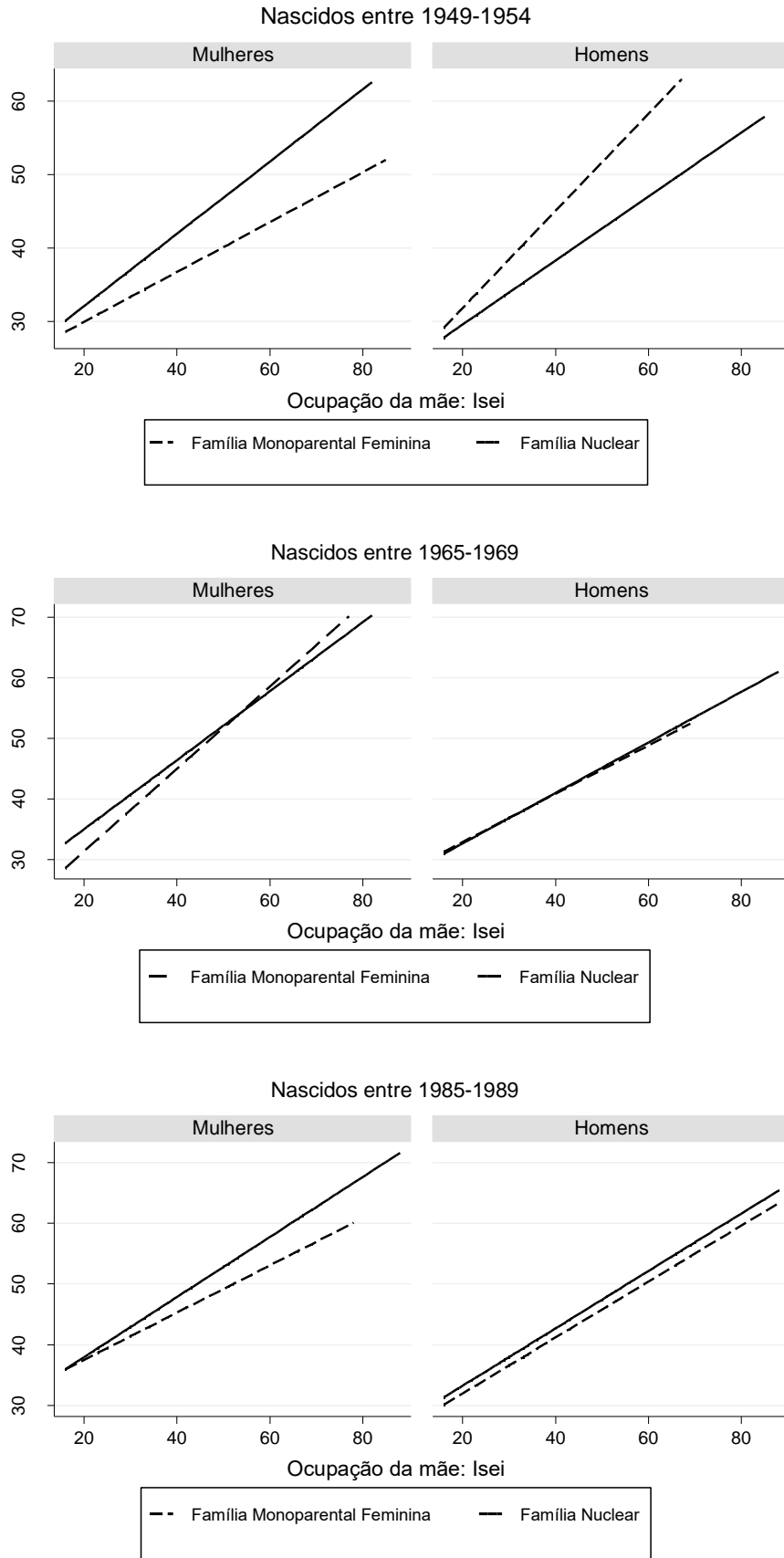
Tanto para homens quanto para mulheres, houve uma convergência de ambas as retas. Isso pode ser efeito do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, mostrando que as gerações que conviveram com a mãe trabalhando fora de casa conseguem ter desempenhos parecidos, independente de qual tipo de família cresceram. É preciso ressaltar que a associação entre mãe e filho passou a ser menos afetada pela estrutura da família com o rejuvenescimento da amostra.

A maior persistência intergeracional para os homens de coorte mais velha pode ser consequência dos efeitos da divisão sexual do trabalho. Considerando que o questionário coletou a informação da mãe quando os indivíduos tinham com 15 anos, a primeira coorte se refere a década de 1960, momento em que o Brasil intensificava sua industrialização, mas ainda tinha sua matriz produtiva baseada na agricultura e manufatura. Possivelmente, esses homens precisaram entrar mais cedo no mercado de trabalho para complementar a renda do lar, se afastando da educação e se mantendo nas ocupações mais baixas. Com a presença do pai, a mobilidade poderia ser maior porque a urgência de entrar no mercado de trabalho é menor, dando mais margem para ganhos econômicos e aumento de *status*.

Enquanto isso, as mulheres dessa coorte se mantinham dentro de casa para auxiliar no trabalho doméstico. É o ponto que Sales (2014) resalta, os filhos se preparavam para o mercado de trabalho e as filhas para as tarefas domésticas. Com a falta de recursos da família em garantir um nível educacional capaz de trazer mobilidade ascendente, os homens ficam presos em ocupações que exigem menos capital humano, sendo essas com *status* mais baixos.

O ponto fundamental é que os resultados caminham para um futuro em que a ausência do pai no domicílio não vai diferenciar na trajetória da associação entre a mãe e a criança. Para os filhos, já está mais evidente, podendo ser efeito do modelo *sex-role* e de aspiração, que pressupõe maior associação entre a criança e o progenitor do mesmo sexo. Para as filhas, isso fica mais visível para aqueles que estão em *status* mais baixos. Isso resalta a vulnerabilidade desse grupo, com a manutenção da transmissão intergeracional da pobreza.

Figura 4 – Associação entre origem e destino considerando grupos de idade, 2014



Fonte: A autora, 2022.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como intenção incluir a estrutura familiar para complementar os resultados sobre persistência intergeracional, considerando a mãe como *background*. Dentro dos estudos de mobilidade social intergeracional, análises a partir do *status* socioeconômico da mãe é algo recente, o que possibilita um vasto campo de exploração sobre seus efeitos na vida do filho. Além disso, a família é o objeto de análise dentro desse tipo de estudo, por isso, a dinâmica familiar é um fator importante para entender a forma com que os recursos são transmitidos de uma geração para outra. Nesse sentido, a escolha de lares monoparentais femininos parte da ideia de considerar um tipo de família que antes não era captada nos estudos de mobilidade social.

A mobilidade social foca em entender o processo de distribuição das oportunidades (SILVA, 1999). Já a desigualdade de oportunidades de mobilidade social seria o quanto as condições socioeconômicas de origem estão relacionadas com as chances de ascensão social. Sendo por meio da persistência intergeracional que se determina o grau de associação entre as classes de origem (pais) e a classe de destino (filhos) (RIBEIRO, 2014). Para calcular a persistência intergeracional, é possível fazer a mensuração de classes sociais, usando as categorias ocupacionais, ou utilizar a abordagem de *status* econômicos.

As teorias sobre feminização da pobreza, destinos divergentes e divórcio como equalizador, se relacionam por tratar sobre os impactos do lar monoparental feminino na vida da criança. A teoria da feminização da pobreza alega que os lares chefiados por mulheres tendem a ser mais pobres do que lares chefiados por homem (PEARCE, 1979). Por mais que seja uma teoria passível de críticas, existem elementos em sua construção que ajudam a argumentar sobre os efeitos desigualdade de gênero no mercado de trabalho no âmbito familiar, visto que a mulher mais suscetível a receber menores salários e ocupar piores empregos é uma das explicações para seu lar ser mais pobre. Com isso, é uma teoria que trata do nível socioeconômico de famílias monoparentais femininas.

Já a teoria de destinos divergentes e divórcio como equalizador abordam a transmissão intergeracional. São teorias opostas, em que destinos divergentes pressupõe que o divórcio aumenta a desigualdade social nos recursos dos pais e, por sua vez, nos resultados da criança. Enquanto a teoria do divórcio como equalizador defende que as crianças que os pais possuem status socioeconômico maior, serão mais penalizadas em caso de divórcio.

Com isso, o objetivo desse trabalho foi saber como o *status* da mãe modera a monoparentalidade, partindo da ideia que ao estar sozinha no lar, existe uma dependência maior

dos recursos da mãe, o que aumenta a associação entre a origem socioeconômica da mãe e os resultados alcançados pelos filhos. Sendo assim, apoia-se na hipótese de que mães em pior situação sofrem mais quando estão sozinhas no lar. Apenas mães que a ocupação foi declarada pelos seus filhos fizeram parte desse estudo, o que pode ser uma limitação por não considerar mães sem trabalho. Para seguir com o cálculo da associação entre origem e destino, as ocupações das mães e dos filhos foram convertidas para *Isei* e depois estimadas de acordo com os modelos de regressões propostos.

Os resultados indicam que não há diferenças significativas entre o efeito do *status* da mãe para filhos e filhas, contrariando a ideia do modelo *sex-role*, que pressupõe que as mães influenciam mais as filhas do que os filhos por conta da diferença de gênero. Apesar disso, é um resultado já visto na literatura sobre o tema. Contudo, ao comparar a associação da mãe dado o lar monoparental, os resultados indicam poucas mudanças entre filho de lar monoparental e filho com ambos os pais. Assim, mesmo que não haja diferença estatisticamente entre filhos e filhas, a associação entre mãe e filho não sofre grandes alterações quando considerado o tipo de família. Possivelmente, pode ser efeito de uma segregação ocupacional que induz o filho a reproduzir ocupações com dominação masculina.

No caso das filhas, fica mais evidente que as mulheres que cresceram em lares monoparentais, teoricamente, teriam menos persistência social. Porém, é preciso cautela ao interpretar esse resultado. As famílias monoparentais apresentam mais chances de instabilidade financeira, por contarem somente com um provedor, e emocional, porque podem ser consequência de um rompimento de vínculos afetivos. Com isso, a menor persistência pode estar mascarando o efeito da instabilidade vivida pela criança durante o crescimento. Além da instabilidade, quando a mãe está sozinha no lar, pode ter diminuição do tempo de convivência, aumento do desgaste e estresse da mãe porque, quando inserida no mercado de trabalho, a mulher acaba enfrentando uma dupla jornada de trabalho resultado do cuidado com os filhos e o emprego (MOURA; LOPES E SILVEIRA, 2016; ALVES E RESENDE, 2021; PINTO, 2011).

Apesar de ainda existir uma dependência do recurso da mãe para ambos os casos, o lar monoparental penaliza mais as filhas de origem mais altas. As relações de casamento trazem a suposição de que os cônjuges compartilham de *status* próximos em praticamente metade dos casos (KORUPP, 2000). Quando o pai não reside com a filha, a relação entre eles é de menor qualidade do que no lar nuclear. No caso das filhas de origem alta, ocorre também a ausência de benefícios financeiros que seriam mais bem transmitidos com a convivência na residência

(TAYLOR, CHATTERS E CROSS, 2021). Dessa maneira, quando o pai que tem muito a oferecer não têm convívio direto com a filha, a penalidade é maior.

A associação entre origem e destino também foi analisada considerando três coorte de idade: 60-65 anos, 45-49 anos e 25-30 anos. Em termos de persistência intergeracional, os resultados mostram que a persistência intergeracional é maior para as mulheres de família nuclear para as três coortes, mesmo assim, o efeito da estrutura para as mulheres de 25-30 anos aparenta ser menor do que para as outras duas coortes de mulheres. Os homens entre 60 e 65 que cresceram somente com a mãe tiveram mais persistência intergeracional, situação que muda para a idade seguinte, de 45-49 anos, em que a persistência é quase a mesma para os dois tipos de família. Contudo, para os homens de 25-30 anos, os resultados indicam que a associação entre mãe e filho passou a ser menos afetada pela estrutura da família.

Para melhor compreensão, foram calculados os valores preditos, considerando mães com *Isei* 30 e 50. A partir dos resultados, as mulheres de origem mais baixa apresentaram pouca variação entre os tipos de família nos três grupos de idade, enquanto as de origem mais altas continuam sendo mais penalizadas quando crescem em lares monoparentais femininos, ou seja, mesmo tendo a mesma origem, por estarem no lar monoparental alcançaram menor *Isei* do que se estivessem em família nuclear. Para os homens, a diferença - ricos e pobres também existe, mas a desvantagem da família de origem é diferente. Primeiro, os homens de família monoparental alcançaram maior *Isei* do que os homens de família nuclear, resultado que se inverte no segundo grupo e volta a se repetir no terceiro grupo, que representa os mais jovens.

Tanto para homens quanto para mulheres, a coorte mais jovem sugere que a estrutura familiar está perdendo efeito na associação com o *status* da mãe, em que a diferença entre o *Isei* alcançado para pessoas de lar monoparental e nuclear é menor comparado as coortes anteriores. Isso pode ser resultado do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, mostrando que as gerações que conviveram com a mãe trabalhando fora de casa, conseguem ter desempenhos parecidos, independente de qual tipo de família cresceram.

Com a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, aumento de famílias monoparentais femininas e do debate sobre desigualdade de gênero, tratar das mães e da estrutura da família traz novas possibilidades de estudos dentro do campo de mobilidade social. Mas ainda faltam trabalhos que englobam esses temas no Brasil, sendo essa a maior limitação encontrada neste estudo. Por ainda ser uma relação pouco explorada, há muitos aspectos que podem contribuir para pesquisas futuras, como questões raciais e o peso da educação.



## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma; FERNANDES, Danielle; NEVES, Jorge. A Mobilidade Social Feminina. In: AGUIAR, N. (Org.). **Desigualdades Sociais, Redes de Sociabilidade e Participação Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ALMEIDA, Inês Isabel Jorge de. **Configuração Familiar, Percepção de Funcionamento Familiar e Autoconceito Adolescente: estudo exploratório sobre a percepção de funcionamento familiar e autoconceito do filho adolescente em famílias nucleares intactas, monoparentais, reconstituídas e alargadas**. 2014. Dissertação de Mestrado. ISMT.

ALVES, Kristine Renata Medeiros; RESENDE, Resende. REFLEXÕES SOBRE AS MULHERES QUE EXERCEM MÚLTIPLAS FUNÇÕES: PAPÉIS SOCIAIS, DENTRO E FORA DE CASA. **Revista Educação e Humanidades**, v. 2, n. 1, jan-jun, p. 622-631, 2021.

ANDRADE, Flávia CD. Níveis e padrões de mobilidade social em cinco regiões metropolitanas. **CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte**, 1997.

BARBOSA, Amanda Cardoso; BRANDÃO, Viviane Bernadeth Gandra; AMADOR, Laura Rafaela Silva. MULHER, MÃE E CHEFE DE FAMÍLIA: NARRATIVA ACERCA DA MONOPARENTALIDADE FEMININA. **Lucimara Rett, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil Marcio Bernardino Sirino, Universidade Castelo Branco, Brasil Marcio Duarte, Faculdades FACCAT, Brasil**, p. 121, 2018

BELLER, Emily. "Bringing intergenerational social mobility research into the twenty-first century: Why mothers matter." **American Sociological Review**, v. 74, n. 4, p. 507-528, 2009.

BERNARDI, Fabrizio; BOERTIEN, Diederik; POPOVA, Daria. Differential effects of parental separation on child outcomes: are children from higher social backgrounds affected more?. 2014.

BIBLARZ, Timothy J.; RAFTERY, Adrian E. The effects of family disruption on social mobility. **American sociological review**, p. 97-109, 1993.

BIBLARZ, Timothy J.; RAFTERY, Adrian E.; BUCUR, Alexander. Family structure and social mobility. **Social Forces**, v. 75, n. 4, p. 1319-1341, 1997.

BIBLARZ, Timothy J.; GOTTAINER, Greg. Family structure and children's success: A comparison of widowed and divorced single-mother families. **Journal of Marriage and Family**, v. 62, n. 2, p. 533-548, 2000.

BLAU, P.; DUNCAN, O. D. **The American Occupational Structure**. Nova York: Academic Press, 1967

BLOOME, Deirdre. Childhood family structure and intergenerational income mobility in the United States. **Demography**, v. 54, n. 2, p. 541-569, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Distinction: A social critique of the judgement of taste**. Harvard university press, 1987.

BUDIG, Michelle J.; ENGLAND, Paula. The wage penalty for motherhood. **American sociological review**, p. 204-225, 2001.

CARVALHO, Luiza M. S. Santos. A mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e da chefia domiciliar. **Revista Estudos Feministas**. V.6, nº1, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12032/11309>

CARVALHO, Angelita Alves; ALVES, José Eustáquio Diniz. Explorando o consumo das famílias brasileiras e sua interface com o ciclo de vida e gênero. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 23, n. 1, p. 6-29, 2012.

CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio Diniz. **Fecundidade e dinâmica da população brasileira**. Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Brasília, 2018.

CHAN, Tak Wing and BOLIVER, Vikki. The grandparent's effect in social mobility: evidence from British birth cohort studies. **American sociological review**. 78 (4). pp. 662-678. 2013.

COSTA, Florença Ávila de Oliveira; MARRA, Marlene Magnabosco. "Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção." (**"Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e ..."**) **Rev. bras. psicodrama**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 141-153, 2013.

COSTA, Joana Simões de Melo et al. A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil. Brasília: **IPEA** (Texto para Discussão, 1137). 2005.

DUNCAN, Otis Dudley. A socioeconomic index for all occupations. **Class: Critical Concepts**, v. 1, n. 1, p. 388-426, 1961.

ENGLAND, Paula. The gender revolution: Uneven and stalled. **Gender & society**, v. 24, n. 2, p. 149-166, 2010.

ERIKSON, Robert. Social class of men, women and families. **Sociology**, v. 18, n. 4, p. 500-514, 1984.

FISCHER, Claude S.; HOUT, Michael. **Century of difference: How America changed in the last one hundred years**. Russell Sage Foundation, 2006.

FISCHER, Tamar. Parental divorce and children's socio-economic success: Conditional effects of parental resources prior to divorce, and gender of the child. **Sociology**, v. 41, n. 3, p. 475-495, 2007.

FLECK, Carolina Freddo; BIDARTE, Marcos Vinicius Dalagostini; MELLO, Elena Maria Billig. "Para o lar: as mulheres que deixaram o mercado de trabalho para se dedicarem à casa e à família." (**"Elena Maria Billig Mello - Plataforma CpE"**) **Revista Gênero**, v. 19, n. 1, p. 06-24, 2018.

GANZEBOOM, Harry BG; TREIMAN, Donald J. **International stratification and mobility file**. Available from < <http://www.harryganzeboom.nl/ismf>. 1999.

GANZEBOOM, Harry B. G.; GRAAF, Paul M. e TREIMAN, Donald J. "A Standard International Socio-economic index of Occupational Status". **Social Science Research**, vol. 21, no 1, pp. 1-56. 1992.

GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves; DE OLIVEIRA, Elzira Lúcia. Chefia feminina de domicílios em alguns países da América Latina: empoderamento feminino ou aumento da pobreza? 2010.

GÊNERO E NÚMERO. Um retrato das mães solo na pandemia. **Site Gênero e Número**, 18 jun. 2020. Disponível em: <http://www.generonumero.media/retrato-das-maes-solo-na-pandemia/> Acesso em: 20 jul. 2021.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. **Cadernos de pesquisa**, n. 91, p. 7-22, 1994.

GRÄTZ, Michael. When growing up without a parent does not hurt: Parental separation and the compensatory effect of social origin. **European Sociological Review**, v. 31, n. 5, p. 546-557, 2015.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. *Econometria Básica*. Ed. **Porto Alegre: AMGH**, 2011.

HOUT, Michael. **Analysing Mobility Tables**. Beverly Hills, CA: Sage, 1983.

\_\_\_\_\_. A summary of what we know about social mobility. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, v. 657, n. 1, p. 27-36, 2015.

\_\_\_\_\_. "Americans' Occupational Status Reflects the Status of Both of Their Parents." *Proceedings of the National Academy of Science of the United States of America*, v. 115, n. 38, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. "Mulheres dedicam mais horas aos afazeres domésticos e cuidado de pessoas, mesmo em situações ocupacionais iguais a dos homens." ("Mulheres dedicam mais horas aos afazeres domésticos e ...") **Estatísticas Sociais**. Atualizado em 26/04/2019 15h57. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24266-mulheres-dedicam-mais-horas-aos-afazeres-domesticos-e-cuidado-de-pessoas-mesmo-em-situacoes-ocupacionais-iguais-a-dos-homens>. Acesso em 25 de jan. de 2021.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero. Tese de Doutorado. **IESP-UERJ**. 2015

KALMIJN, Matthijs. Mother's occupational status and children's schooling. **American Sociological Review**, p. 257-275, 1994.

\_\_\_\_\_. "Family disruption and intergenerational reproduction: Comparing the influences of married parents, divorced parents, and stepparents." **Demography**, v. 52, n. 3, p. 811-833, 2015.

KONG, Siyang; MAAS, Ineke; VAN LEEUWEN, Marco HD. Like my mother before me: gender and cross-gender effects on status attainment during modernization. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 69, p. 100541, 2020.

KORUPP, Sylvia Elizabeth. "Mothers and the Process of Social Stratification: De invloed van de moeder op het proces van statusverwerving." ("Mothers and the Process of Social Stratification: De ...") **University of Utrecht**. 2000

KORUPP, Sylvia E.; GANZEBOOM, Harry BG; VAN DER LIPPE, Tanja. Do mothers matter? A comparison of models of the influence of mothers' and fathers' educational and occupational status on children's educational attainment. **Quality and Quantity**, v. 36, n. 1, p. 17-42, 2002.

LEITE, Eduardo de Oliveira. Famílias monoparentais. 2. ed. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2003.

LEONE, Tharcisio. The gender gap in intergenerational mobility. **World Development Perspectives**, v. 21, p. 100286, 2021.

LEONE, Eugenia Troncoso.; MAIA, Alexandre Gori; BALTAR, Paulo Eduardo. Evolução da estrutura familiar e sua associação com a condição de pobreza das famílias brasileiras. In: **Familias y relaciones diferenciales: género y edad**. Ediciones de la Universidad de Murcia, 2009. p. 199-214.

\_\_\_\_\_. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 19, n. 1, p. 59-77, 2016.

LEOPOLD, Liliya; LEOPOLD, Thomas. Maternal Education, Divorce, and Changes in Economic Resources: Evidence from Germany. 2016.

LIMA, F.I.A.; VOIG, A.E.G.T; FEIJÓ, M.R.; CAMARGO, M.L.; CARDOSO, H.F. Influência da construção de papéis sociais de gênero na escolha profissional. **Rev. Bras. Psicol. Educ.**, Araraquara, v.19, n.1, p. 33-50, jan./jun. 2017.

LUKE, Nancy. Gender and social mobility: Exploring gender attitudes and women's labour force participation. **WIDER Working Paper**, 2019.

LUZ, Alex Faverzani da; FUCHINA, Rosimeri. A evolução histórica dos direitos da mulher sob a ótica do direito do trabalho. 2009.

MACEDO, Márcia dos Santos. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. **Cad. CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 385-399, Ago, 2008.

MACHADO, Weverthon Barbosa. **Dimensões da estratificação social: status e classe no Brasil contemporâneo**. 2015.

MARIA, Pier Francesco De. **Família e pobreza: arranjos no pós-Real (1995-2014)**. 2016. 239f. Diss. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

MARTINS, Bibiana Volkmer; SCHERDIEN, Camila; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. Estrutura de classe e mobilidade social no processo de inserção profissional de jovens no Brasil: reflexões e agenda de pesquisa. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 17, p. 564-576, 2019.

MATEO-PEREZ, Miguel-A. **Dos perspectivas metodológicas para la inclusión de la perspectiva de género en el análisis de la pobreza**. 2000.

MCLANAHAN, Sara; TACH, Laura; SCHNEIDER, Daniel. The causal effects of father absence. **Annual review of sociology**, v. 39, p. 399-427, 2013.

MESQUITA, Adriana de Andrade. Proteção social na alta vulnerabilidade: o caso das famílias monoparentais femininas. Rio de Janeiro, 2012. 219 f.; Tese (doutorado) – **Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia**, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, 2012.

MIRANDA-RIBEIRO, Adriana; GARCIA, Ricardo Alexandrino; FARIA, Tereza Cristina de Azevedo Bernardes. Baixa fecundidade e adiamento do primeiro filho no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 36, 2019.

MOURA, Renan Gomes de; LOPES, Paloma de Lavor; SILVEIRA, Regina Coeli da. Gênero e família: a mulher brasileira chefe de família. **Que mulher é esta**, p. 55-66, 2016.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira; BELCHIOR, João Raposo. Feminização e transmissão intergeracional da pobreza no Brasil. **Anais**, p. 1-20, 2016.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. **Anais**, p. 1-12, 2016.

OLIVEIRA, Antonio Carlos. Famílias, cuidados e políticas públicas no Brasil contemporâneo. **Acervo**, v. 30, n. 1, p. 195-208, 2017.

PACHECO, Ana Lucia Paes de Barros. **Mulheres pobres e chefes de família**. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

PASTORE, José. Mobilidade social sob condições de segmentação do mercado no Brasil. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 11, n. 1, p. 21-41, 1981.

PASTORE, José; SILVA, N. do V. Análise dos processos de mobilidade social no Brasil no último século. **Anais do XXV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, 2000.

PEARCE, D. The feminization of poverty: women, work and welfare. **Urban and Social Change Review**, v. 11, p. 28-36, 1978.

PERO, Valéria. Mobilidade social no Rio de Janeiro. **Revista de Economia Mackenzie**, v. 4, n. 4, 2006.

PERUCCHI, Juliana; BEIRAO, Aline Maiochi. "Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família." ("AS DIFICULDADES DAS MULHERES EM EXERCER A PARENTALIDADE EM ...") **Psicol. clín.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 57-69, dez. 2007.

PINTO, R. M. F. et al. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação e vulnerabilidade social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 105, p. 167-179, 2011. ("Brazilian families headed by poor women and being a single ...")

PRATES, Ian; LIMA, Márcia. Vulnerabilidade social e mobilidade ocupacional na base da pirâmide: o emprego doméstico feminino no Brasil. In: MONTAGNER, Miguel Ângelo; MONTAGNER, Maria Inez (org.). **Vulnerabilidades Contemporâneas**. Brasília: Editora JRG, 2019. p. 63.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa; CARVALHAES, Flávio. Estratificação e mobilidade social no Brasil: uma revisão da literatura na sociologia de 2000 a 2018. **BIB**, v. 92, p. 46, 2010.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa; SCALON, Maria Celi. Mobilidade de classe no Brasil em perspectiva comparada. **Dados**, v. 44, p. 53-96, 2001.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Dois estudos de mobilidade social no Brasil. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 15, n. 44, p. 178-183, 2000.

\_\_\_\_\_. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. **Dados**, v. 49, n. 4, p. 833-873, 2006.

\_\_\_\_\_. Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. **Dados**, v. 54, p. 41-87, 2011.

\_\_\_\_\_. Quatro décadas de mobilidade social no Brasil. **Dados**, v. 55, n. 3, p. 641-679, 2012.

\_\_\_\_\_. Mobilidade e Estrutura de Classes no Brasil Contemporâneo. **Sociologias**, [s.l.], v. 16, n. 37, p.178-217, dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Tendências da desigualdade de oportunidades no Brasil: mobilidade social e estratificação educacional. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise (IPEA)**, n. 62, p. 49-65, 2017.

\_\_\_\_\_. **A Dimensão Social das Desigualdades**. Rio de Janeiro: Appris Editora, 2019.

\_\_\_\_\_. MUDANÇAS NAS FAMÍLIAS DOS JOVENS E TENDÊNCIAS DA MOBILIDADE SOCIAL DE BRANCOS E NEGROS NO BRASIL. **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 257-279, Ago, 2020.

RIBEIRO, R. M.; DE JESUS, R. S. A inserção da mulher no mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Ciências Humanas**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/1366>.

SABÓIA, Ana Lúcia. O conceito de chefia nas pesquisas domiciliares através do recorte por sexo e presença do cônjuge-uma contribuição à discussão da "feminização da pobreza". **Revista Gênero**, v. 4, n. 2, 2004.

SAKAMOTO, Camila Strobl; MAIA, Alexandre Gori. Mudanças na composição das famílias e dinâmica socioeconômica: uma comparação entre áreas rurais e urbanas. **Anais**, p. 1-21, 2016.

SALES, Marta Santos. Aspirações ocupacionais e realização do status. Tese de Doutorado. UFMG. 2014.

SANTANA, Anabela Maurício de. "Mulher mantenedora/homem chefe de família: uma questão de gênero e poder." ("(PDF) Representações sobre o ensino de educação física de ...") **Revista Fórum Identidades**, 2013.

SARTI, Cyntia A. "**Famílias enredadas**". In: ACOSTA, A. R. e VITALE, M<sup>a</sup> A. Faller. **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**, 4. ed. São Paulo: Cortez e IEE/ PUC - SP, 2008.

SCALON, Maria Celi. **Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências**. Rio de Janeiro, Revan, 1999. 190 páginas.

SILVA, Nelson do Valle. Mobilidade social. **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, v. 2, p. 57-94, 1999.

SOARES, Suamy Rafaely. "Feminização da Pobreza": algumas reflexões sobre o empobrecimento das mulheres. **Anais III Colóquio Sociedades, políticas públicas, cultura e desenvolvimento**. 2013.

TACH, Laura. "Social mobility in an era of family instability and complexity." **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, v. 657, n. 1, p. 83-96, 2015.

TAYLOR, Robert Joseph; CHATTERS, Linda M.; CROSS, Christina J. Taking diversity seriously: Within-group heterogeneity in African American extended family support networks. **Journal of Marriage and Family**, v. 83, n. 5, p. 1349-1372, 2021.

TREIMAN, Donald J. **Occupational Prestige in Comparative Perspective**. New York: Academic Press, 1977.

TORCHE, Florencia. Intergenerational mobility and gender in Mexico. **Social Forces**, v. 94, n. 2, p. 563-587, 2015.

VAN DER VLEUTEN, Maaïke et al. Intergenerational transmission of gender segregation: How parents' occupational field affects gender differences in field of study choices. **British Educational Research Journal**, v. 44, n. 2, p. 294-318, 2018.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. Introdução à econometria: uma abordagem moderna. São Paulo: Cengage Learning, 2010.